



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

CREDENCIAMENTO

005/2025

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas para a disponibilização de profissional médico destinado à prestação de serviços no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, de forma presencial e contínua, compreendendo integralmente os atos necessários à execução das atividades médicas junto às Unidades Básicas de Saúde, em especial a unidade da sede municipal, podendo também abranger a unidade do Distrito de Cachoeirinha, mediante demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

- O presente Edital de Credenciamento tem por objeto a disponibilização de profissional médico para atuação junto ao Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, e permanecerá aberto por prazo indeterminado, a contar de 06 de novembro de 2025, podendo receber, a qualquer tempo, novos pedidos de credenciamento de empresas interessadas, desde que atendidos integralmente os requisitos e condições estabelecidos neste instrumento.
- A análise da documentação de habilitação e dos pedidos de credenciamento será realizada sempre que houver nova solicitação, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de protocolo do requerimento pela empresa interessada, observando-se a ordem de recebimento.
- As sessões de análise ocorrerão na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, e os resultados serão divulgados oficialmente no Diário Oficial do Município e/ou no sítio eletrônico da Administração, garantindo ampla publicidade, transparência e isonomia entre os interessados.
- As solicitações de credenciamento que apresentarem pendências poderão ser complementadas pela interessada, observando-se os prazos e condições fixadas pela Administração, assegurando-se a continuidade do caráter permanente deste chamamento público.
- O Município de Córrego Danta/MG poderá, a qualquer tempo, suspender temporariamente, encerrar ou revisar o presente credenciamento, mediante justificativa formal e prévia divulgação pública, sem que disso decorra direito a indenização, expectativa de contratação ou ressarcimento de qualquer natureza por parte das empresas interessadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	3
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR	4
4. DA HABILITAÇÃO	6
5. DOS RECURSOS	7
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	8
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	9
9. DA CONTRATAÇÃO	10
10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.	10
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	10
12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	11
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025
CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025**

CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PARA PSF

Torna-se público que o Município de Córrego Danta/MG, por meio do Setor de Licitações, sediado na Avenida Francisco Campos nº 27, Centro, CEP: 38.990-000, realizará CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 860/2025, Decreto Municipal nº 950/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de empresas especializadas para a disponibilização de profissional médico destinado à prestação de serviços no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, de forma presencial e contínua, compreendendo integralmente os atos necessários à execução das atividades médicas junto às Unidades Básicas de Saúde, em especial a unidade da sede municipal, podendo também abranger a unidade do Distrito de Cachoeirinha, mediante demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. A execução dos serviços deverá observar as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), as normas do Ministério da Saúde, os protocolos clínicos de atenção primária, e as demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3. O presente credenciamento se enquadra na hipótese prevista no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo art. 7º, inciso I, do Decreto Municipal nº 950/2024, caracterizando-se como credenciamento paralelo e não excludente, admitindo a inscrição e habilitação de mais de uma empresa interessada, desde que atendidos todos os requisitos e condições estabelecidos neste instrumento.

1.4. O credenciamento não obriga a Administração Pública Municipal à contratação imediata ou à manutenção de vínculo contratual contínuo com todas as empresas habilitadas, configurando-se como instrumento de pré-qualificação técnica e jurídica.

1.5. A contratação efetiva ocorrerá conforme a necessidade e conveniência da Administração, mediante ordem de execução, observada a rotatividade e proporcionalidade entre os credenciados, conforme critérios definidos neste Edital.

1.6. O presente procedimento tem por finalidade assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços médicos prestados à população, garantindo a presença de profissional médico habilitado (CRM ativo) junto às equipes de Saúde da Família do Município, fortalecendo a Atenção Primária e a resolutividade da rede pública de saúde.

1.7. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 7º, inciso I — credenciamento paralelo e não excludente, do Decreto nº 950/2024.

1.8. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento as Pessoas Jurídicas que tenham objeto social compatível com o objeto a ser contratado.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão participar do credenciamento:
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto do credenciamento;
 - 2.5.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.5.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.5.5. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.5.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.5.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.5.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.5 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 2.5.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 2.5.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

- 3.1. Os interessados deverão encaminhar a documentação de credenciamento por meio eletrônico para o endereço: licitacao1corregodanta@gmail.com, ou protocolar presencialmente junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, situado na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CEP 39.980-000, apresentando requerimento de participação contendo a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, acompanhado das seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 3.1.1. Atestado de que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos para o exercício da atividade profissional e para a execução dos serviços objeto deste credenciamento, conforme disposto na legislação aplicável e neste instrumento convocatório.
- 3.1.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições do Termo de Referência e do Edital, comprometendo-se o interessado, caso credenciado, a executar os serviços conforme as normas técnicas e legais vigentes.
- 3.2. Todas as informações prestadas e especificações declaradas pelo interessado o vinculam integralmente às obrigações assumidas, sendo vedada qualquer alteração posterior sem prévia anuência da Administração.
- 3.3. A apresentação do requerimento de participação implica ciência e concordância com todas as disposições contidas no Termo de Referência e no Edital, assumindo o interessado o compromisso de executar o objeto dentro dos parâmetros técnicos, legais e administrativos estabelecidos pelo Município.
- 3.4. No ato da manifestação de intenção de credenciamento, o interessado deverá apresentar declaração que:
 - 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, reconhecendo que a execução dos serviços compreenderá a integralidade dos custos e encargos decorrentes da atividade profissional;
 - 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 3.4.3. Não utiliza mão de obra em condições degradantes ou análogas às de escravo, observando o disposto nos arts. 1º, III e IV, e 5º, III, da Constituição Federal;
 - 3.4.4. Cumpre as exigências de reserva legal de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;
 - 3.4.5. Declara, sob as penas da lei, que não se enquadra em qualquer das vedações estabelecidas no item 2.10 deste edital.
- 3.5. O descumprimento das obrigações acima por parte dos interessados ou dos credenciados poderá ensejar a responsabilização dos agentes públicos e dos particulares envolvidos, nos termos do art. 71, IX, da Constituição Federal, e das disposições da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-se à restituição de valores e aplicação das sanções cabíveis.
- 3.6. A falsidade das declarações apresentadas sujeitará o interessado às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
- 3.7. Quando aplicável, os interessados organizados sob a forma de cooperativas deverão declarar que atendem às exigências do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à observância dos princípios de livre adesão, gestão democrática e participação econômica dos cooperados.
- 3.8. O interessado deverá comunicar imediatamente à Agente de Contratação qualquer fato superveniente que possa comprometer a veracidade das informações prestadas, a segurança do processo ou o cumprimento das condições estabelecidas no edital.
- 3.9. Formas de apresentação da documentação
 - 3.9.1. A documentação de credenciamento poderá ser apresentada de uma das seguintes formas:
 - I. Presencialmente, mediante protocolo no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, localizado à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CEP 39.980-000, de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 16h00;
 - II. Por e-mail, encaminhada para licitacao1corregodanta@gmail.com, com o assunto: **“CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PSF”**.
- 3.10. Do envelope e da identificação da documentação
 - 3.10.1. Caso a entrega seja presencial, o envelope contendo a Documentação de Habilitação deverá ser entregue ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), a partir do dia 06 de novembro de 2025, no horário estabelecido neste edital.
 - 3.10.2. O envelope deverá conter, em sua parte externa e frontal, a seguinte identificação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

Envelope - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO E COMISSÃO DA CPL:
NOME DA EMPRESA
CREDENCIAMENTO N.º 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 025/2025
Endereço *Completo*:
Fone:
E-mail:

3.11. O Município de Córrego Danta/MG não se responsabilizará por envelopes entregues fora do prazo ou em local diverso do especificado neste edital, tampouco por mensagens eletrônicas não recebidas por motivos técnicos alheios à Administração.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade técnica, jurídica, fiscal e profissional do interessado em realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência pela equipe de apoio.

4.1.2. Quando for o caso, poderão ser utilizados documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada pela Agente de Contratação por meio de consulta aos sítios oficiais dos órgãos emissores.

4.1.3. Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade indicado ou, na ausência deste, emitidos há no máximo 90 (noventa) dias da data da entrega do requerimento de credenciamento.

4.2. O Município de Córrego Danta/MG realizará nas datas previamente agendadas e publicadas, a análise da documentação apresentada, podendo realizar diligências complementares destinadas a sanar falhas formais ou esclarecer informações, sem alterar a substância dos documentos apresentados.

4.3. A verificação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser realizada diretamente nos portais oficiais da Receita Federal, PGFN, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho e Fazenda Estadual/Municipal, conforme art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada, a complementação de informações ou apresentação de novos documentos em até 48 (quarenta e oito) horas, desde que se refira a fatos existentes à época do pedido de credenciamento.

4.5. A falsidade de declaração ou documento implicará inabilitação imediata e aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes.

4.6. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA)

4.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o tipo societário;
- c) RG e CPF dos sócios e/ou representantes legais da empresa;
- d) Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- e) Procuração e documentos pessoais do representante legal, quando o signatário não for o titular ou sócio da empresa;
- f) Declaração formal da empresa indicando o médico responsável pela execução dos serviços, acompanhada de cópia da carteira do Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), comprovando registro ativo e regular.

4.6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União (emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- d) Certidão de regularidade perante o INSS (CND – Certidão Negativa de Débitos Previdenciários);
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (emitido pela Caixa Econômica Federal);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- g) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

4.6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de natureza e complexidade semelhantes ao objeto deste credenciamento, especialmente relacionados à disponibilização de profissionais médicos ou à prestação de serviços na Atenção Primária à Saúde;
- b) Comprovação de vínculo ou contrato com o médico indicado, por meio de CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou documento equivalente, demonstrando a relação jurídica com o profissional a ser disponibilizado;
- c) Declaração de que o médico indicado possui experiência comprovada em Atenção Primária à Saúde ou atuação em equipes de PSF/ESF, conforme modelo constante nos anexos deste edital.

4.6.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
- b) Declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável;
- c) Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera de governo;
- d) Declaração de inexistência de grau de parentesco até o terceiro grau entre os sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos da empresa e agentes públicos do Município de Córrego Danta/MG, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- e) Declaração de ciência e concordância com todas as condições do Edital e do Termo de Referência, comprometendo-se a cumprir integralmente as normas técnicas, legais e contratuais;
- f) Pedido formal de credenciamento, conforme modelo constante nos anexos deste edital.

4.7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- 4.7.1. A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará inabilitação do interessado, salvo se sanável mediante diligência.
- 4.7.2. A habilitação será verificada e julgada pela Agente de Contratação e equipe de apoio, com base na documentação apresentada.
- 4.7.3. Os documentos apresentados passam a integrar o processo de credenciamento e deverão ser mantidos atualizados durante toda a vigência.
- 4.7.4. O interessado poderá ser inabilitado a qualquer tempo se for constatada falsidade de documentos, perda de requisitos de habilitação ou descumprimento das obrigações assumidas.

5. DOS RECURSOS

- 5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 5.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
 - 5.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão;
 - 5.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).
- 5.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- 5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 5.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do município www.corregodanta.mg.gov.br.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa, praticar ato que comprometa a regularidade, a lisura ou a execução dos serviços objeto deste credenciamento, especialmente quando:
 - 6.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não apresentar qualquer documento solicitado pela Agente de Contratação ou pela equipe de apoio;
 - 6.1.2. Não celebrar o termo de credenciamento, quando convocado dentro do prazo de validade do processo;
 - 6.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo de credenciamento, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 6.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante o credenciamento;
 - 6.1.5. Fraudar o credenciamento ou utilizar meios ilícitos para obter vantagem indevida;
 - 6.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro na análise ou julgamento;
 - 6.1.7. Praticar atos ilícitos que visem frustrar os objetivos do credenciamento ou comprometer a imparcialidade e transparência das alienações;
 - 6.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- 6.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar aos credenciados, após regular processo administrativo, garantida ampla defesa e contraditório, as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:
 - 6.2.1. Advertência;
 - 6.2.2. Multa;
 - 6.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal; e
 - 6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.
- 6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 6.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 6.3.3. As circunstâncias atenuantes ou agravantes;
 - 6.3.4. Os danos e prejuízos causados à Administração; e
 - 6.3.5. A existência ou não de programa de integridade e boas práticas profissionais adotado pelo credenciado.
- 6.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação oficial da decisão administrativa.
 - 6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1 a 6.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato.
 - 6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.4 a 6.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o mesmo valor de referência.
 - 6.4.3. O não recolhimento da multa dentro do prazo ensejará inscrição do débito em dívida ativa municipal, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.5. As penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração e o dano causado à Administração.
- 6.6. Na aplicação de qualquer sanção será assegurada defesa prévia ao credenciado, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da decisão ou da lavratura do auto de infração.
- 6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas nos itens 6.1.1 a 6.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá o responsável de participar de novos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

credenciamentos ou licitações no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Córrego Danta/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em decorrência das infrações descritas nos itens 6.1.4 a 6.1.9, bem como nas demais hipóteses em que a gravidade do fato justificar penalidade superior à de impedimento, observando-se o prazo do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o termo de credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à imediata perda da garantia eventualmente prestada, nos termos do art. 45, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.10. A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo administrativo específico, conduzido por comissão composta por, no mínimo, dois servidores efetivos ou estáveis, que avaliará os fatos e intimará o interessado para apresentar defesa escrita e provas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

6.11. Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, dirigido à autoridade que aplicou a penalidade, a qual, se não reconsiderar a decisão em 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

6.12. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação da penalidade, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até a decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nem impede a adoção das medidas judiciais cabíveis.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao1corregodanta@gmail.com, ou protocolar presencialmente junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, situado na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CEP 39.980-000.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado do credenciamento, contendo a lista das empresas credenciadas e os respectivos profissionais médicos vinculados, será publicado no Diário Oficial do Município - AMM e divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Córrego Danta/MG, permanecendo disponível e atualizado durante toda a vigência do credenciamento.

8.2. Após a publicação da lista de credenciados no PNCP, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os interessados possam interpor recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, contado a partir da data da divulgação oficial do resultado.

8.3. Encerrado o prazo recursal, e não havendo interposição de recurso, ou após o julgamento definitivo dos recursos apresentados, a Administração homologará o resultado e publicará a relação definitiva de credenciados, que passará a integrar o cadastro municipal de prestadores de serviços médicos aptos à convocação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a divulgação e homologação da lista de credenciados, o Município de Córrego Danta/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, poderá convocar as empresas credenciadas, de acordo com a demanda existente nas unidades de saúde e a ordem de prioridade estabelecida, para a assinatura do Termo de Credenciamento e, quando necessário, para a formalização do contrato administrativo individual, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A Administração Municipal poderá convocar o credenciado a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento, observada a ordem de convocação e rotatividade definida no item 8 deste edital.

9.3. A recusa injustificada em assinar o termo de credenciamento, o contrato ou em iniciar a execução dos serviços dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a exclusão do credenciado da lista de prestadores habilitados, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme este edital e a legislação vigente.

9.4. O prazo para assinatura do instrumento contratual será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da convocação oficial emitida pela Administração Municipal.

9.5. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada do credenciado, desde que apresentada antes do término do prazo inicial e aceita pela Administração.

9.6. Antes da formalização da contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF e aos demais cadastros públicos de restrições e sanções (CEIS, CNEP, CADIN e similares), a fim de verificar eventual impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, em observância ao disposto nos arts. 63 e 169 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto no art. 107, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e interesse público devidamente comprovado.

9.8. O término da vigência ocorrerá automaticamente com o decurso do prazo contratual ou por conclusão dos serviços, mediante emissão e aprovação do relatório de acompanhamento e desempenho pela Secretaria Municipal de Saúde, salvo nas hipóteses de rescisão antecipada, substituição de credenciado ou prorrogação motivada.

9.9. Os contratos firmados com os credenciados poderão ser alterados por Termo Aditivo, observadas as hipóteses legais previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que não alterem a natureza, o objeto ou a finalidade da contratação, nem impliquem majoração indevida de valores.

9.10. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste credenciamento, bem como a cessão, transferência ou delegação a terceiros das atribuições contratuais, sem autorização expressa e prévia da Administração Municipal.

9.11. A violação desta cláusula ensejará a rescisão contratual imediata e a exclusão do credenciado do cadastro municipal, sem prejuízo das demais penalidades legais aplicáveis.

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. Havendo mais de uma empresa credenciada apta a atender o mesmo item, a ordem de convocação para a prestação do serviço será definida conforme os seguintes critérios de desempate e prioridade:

I. Sede ou filial estabelecida no Município de Córrego Danta/MG, comprovada por meio de inscrição municipal e endereço fiscal;

II. Persistindo o empate, terá prioridade a empresa **COM O PROFISSIONAL MÉDICO** que comprovar maior tempo de experiência comprovada na disponibilização de profissionais médicos ou na execução de serviços na Atenção Primária à Saúde, conforme atestado de capacidade técnica;

III. Caso o empate ainda permaneça, a Administração realizará sorteio público, em sessão aberta, com data, horário e local previamente divulgados no PNCP e no site oficial do Município de Córrego Danta/MG, assegurando a publicidade e isonomia do processo.

10.2. O resultado do sorteio público, quando houver, e a ordem de prioridade estabelecida serão formalmente registrados em ata, assinada pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, sendo anexada aos autos do processo administrativo e publicada no PNCP, garantindo a transparência e a rastreabilidade do procedimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

10.3. A ordem de convocação e execução poderá ser adotada de forma rotativa, alternada ou sequencial, a critério da Administração, considerando as necessidades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, o interesse público, a cobertura das unidades de saúde e a continuidade do atendimento médico.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3 além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da Administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente Edital de Credenciamento tem por objeto a disponibilização de profissional médico para atuação junto ao Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, e permanecerá aberto por prazo indeterminado, a contar de 06 de novembro de 2025, podendo receber, a qualquer tempo, novos pedidos de credenciamento de empresas interessadas, desde que atendidos integralmente os requisitos e condições estabelecidos neste instrumento.

12.2. A análise da documentação de habilitação e dos pedidos de credenciamento será realizada sempre que houver nova solicitação, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de protocolo do requerimento pela empresa interessada, observando-se a ordem de recebimento.

12.3. As sessões de análise ocorrerão na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, e os resultados serão divulgados oficialmente no Diário Oficial do Município e/ou no sítio eletrônico da Administração, garantindo ampla publicidade, transparência e isonomia entre os interessados.

12.4. As solicitações de credenciamento que apresentarem pendências poderão ser complementadas pela interessada, observando-se os prazos e condições fixadas pela Administração, assegurando-se a continuidade do caráter permanente deste chamamento público.

12.5. O Município de Córrego Danta/MG poderá, a qualquer tempo, suspender temporariamente, encerrar ou revisar o presente credenciamento, mediante justificativa formal e prévia divulgação pública, sem que disso decorra direito a indenização, expectativa de contratação ou ressarcimento de qualquer natureza por parte das empresas interessadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.corregodanta.mg.gov.br.

13.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

13.5.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

13.5.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

13.5.4. ANEXO IV – Minuta de Declarações

13.5.5. ANEXO V – Solicitação de Credenciamento

Córrego Danta/MG 29 de outubro de 2025.

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “a” e “I” da Lei nº 14.133/21)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas para disponibilização de profissional médico, com registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), destinado à prestação de serviços médicos no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

1.2. Os serviços serão executados de forma presencial e contínua, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, nas Unidades Básicas de Saúde do Município, em especial na unidade PSF Central.

1.3. O profissional médico disponibilizado deverá exercer suas funções em regime ambulatorial, realizando consultas médicas, acompanhamentos clínicos, visitas domiciliares, emissão de prescrições, solicitações de exames, encaminhamentos especializados e ações de promoção e prevenção à saúde, conforme protocolos do Ministério da Saúde e orientações da Coordenação de Atenção Primária.

1.4. A empresa credenciada será responsável pela disponibilização do profissional médico habilitado, bem como pelo cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e contratuais decorrentes da relação mantida com o profissional, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre este e a Administração Pública Municipal.

1.5. A Administração Municipal poderá convocar as empresas credenciadas de forma alternada ou sequencial, conforme a ordem de prioridade e a conveniência administrativa, observada a demanda de atendimento nas unidades de saúde.

1.6. A remuneração será fixada conforme o valor mensal previamente estabelecido no edital, correspondente à prestação do serviço médico de 40 horas semanais, sendo o pagamento efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório de frequência e desempenho, devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.7. A execução dos serviços deverá observar os seguintes princípios:

- a) Universalidade e integralidade da atenção, conforme a Política Nacional de Atenção Básica;
- b) Humanização e acolhimento ético ao usuário do SUS;
- c) Eficiência, economicidade e continuidade do serviço público de saúde;
- d) Cumprimento das normas éticas e técnicas emanadas do Conselho Federal e Regional de Medicina;
- e) Subordinação técnica à Coordenação de Atenção Primária do Município, quanto às diretrizes e orientações assistenciais.

1.8. O presente credenciamento visa assegurar a presença regular de médico habilitado nas equipes do PSF, garantindo melhoria nos indicadores de saúde, acompanhamento contínuo de pacientes crônicos, prevenção de agravos e promoção da saúde comunitária, em cumprimento ao art. 196 da Constituição Federal, que assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado.

1.9. FUNDAMENTO LEGAL

1.9.1. Este procedimento é regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente pelo seu:

- **Art. 74, inciso IV:** que trata da contratação por meio de credenciamento;
- **Art. 79:** que trata expressamente da figura do **credenciamento** como uma forma de contratação direta para prestação de serviços por múltiplos interessados;
- **Art. 11, inciso III:** que exige que as contratações estejam previstas no Plano de Contratações Anual (PCA);
- **Art. 6º, inciso LV:** que define o Termo de Referência como documento técnico com elementos que subsidiem a contratação;
- **Art. 105:** que regula a duração dos contratos administrativos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Córrego Danta/MG possui atualmente duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma localizada na sede municipal e outra no distrito de Cachoeirinha. A unidade de Cachoeirinha conta com atendimento médico assegurado por profissional integrante do Programa “Mais Médicos”, enquanto a unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

do PSF Central encontra-se sem profissional médico responsável, o que tem comprometido o atendimento à população urbana e parte da zona rural do município.

2.2. O Município não dispõe de cargo efetivo de médico em seu quadro funcional, o que inviabiliza a nomeação de profissional de forma direta e permanente. Diante dessa realidade, a única alternativa disponível à Administração é a contratação de empresa especializada para disponibilização de um médico habilitado que atue junto à equipe do Programa Saúde da Família (PSF) na sede do município, garantindo a continuidade e integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3. Embora o Programa “Mais Médicos” tenha contribuído para a cobertura da unidade distrital, é sabido que tanto nesse programa quanto nas contratações realizadas por meio de empresas terceirizadas há uma certa rotatividade de profissionais, o que reforça a importância de o Município manter mecanismos administrativos estáveis que assegurem a presença contínua do médico na unidade, evitando desassistência e lacunas no atendimento à população local.

2.4. A ausência de médico fixo no PSF da sede municipal provoca sobrecarga nos atendimentos de enfermagem e nos encaminhamentos para outras unidades, prejudicando a resolatividade da atenção primária e aumentando a demanda em níveis de maior complexidade. Essa situação impacta a eficiência do sistema público de saúde, reduz a capacidade de acompanhamento de pacientes crônicos e compromete o acesso humanizado, integral e equitativo aos serviços básicos de saúde.

2.5. Considerando o interesse público e a necessidade de assegurar a continuidade do serviço essencial, pretende-se, ainda, manter uma lista de potenciais prestadores de serviço credenciados, possibilitando substituições imediatas ou contratações adicionais, caso ocorra afastamento, desligamento ou indisponibilidade do profissional titular, garantindo assim a regularidade e estabilidade do atendimento médico no PSF.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Diante das alternativas apresentadas no levantamento de mercado e após análise das vantagens e desvantagens de cada modelo, conclui-se que a solução mais adequada ao interesse público consiste na contratação de empresa especializada para a disponibilização de profissional médico, por meio de credenciamento público, destinado ao atendimento no Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, pelo período inicial de 12 (doze) meses, prorrogável, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Essa solução contempla todas as exigências legais, técnicas, éticas e operacionais, assegurando regularidade e continuidade no atendimento à população, com a formação de uma lista de prestadores credenciados aptos a eventuais substituições ou ampliações de atendimento, inclusive para a unidade de saúde do Distrito de Cachoeirinha.

3.3. A presente contratação visa garantir eficiência, qualidade e continuidade na prestação de serviços médicos básicos, reforçando a atenção primária à saúde e assegurando a observância aos princípios constitucionais da universalidade, integralidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde).

3.4. O objeto da contratação consiste na disponibilização de médico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), qualificado e habilitado para atuar na atenção primária, abrangendo:

- a) Atendimento clínico individual e coletivo aos usuários vinculados ao PSF;
- b) Realização de consultas, exames clínicos, prescrições e encaminhamentos, conforme protocolos do Ministério da Saúde e diretrizes do SUS;
- c) Acompanhamento de pacientes com condições agudas e crônicas;
- d) Execução de atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde;
- e) Participação em ações coletivas, campanhas, visitas domiciliares e grupos educativos;
- f) Apoio matricial e integração com a equipe multiprofissional (enfermeiros, dentistas, agentes comunitários e técnicos de enfermagem);
- g) Cumprimento integral da carga horária contratada, com registros de presença, relatórios de atendimentos e produtividade.

3.5. Os serviços deverão ser prestados de forma humanizada e ética, observando os protocolos clínicos e diretrizes da Atenção Básica, as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.6. O profissional deverá atuar com comprometimento, sigilo e empatia, garantindo acolhimento de qualidade e respeito às particularidades de cada paciente.

3.7. A empresa credenciada deverá fornecer orientações técnicas e relatórios periódicos, contemplando:

- a) o acompanhamento da produção assistencial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- b) os indicadores de desempenho e cobertura;
- c) o registro de consultas, encaminhamentos e procedimentos realizados;
- d) e a avaliação da resolutividade dos atendimentos prestados.
- e) Esses dados permitirão o monitoramento contínuo da execução contratual e o aprimoramento das ações de gestão em saúde pública.

3.8. O atendimento deverá ocorrer de forma regular e ininterrupta, respeitando a carga horária semanal definida pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo cobertura integral da população adscrita ao PSF Central e a resolutividade das demandas assistenciais.

3.9. Em caso de afastamento do médico, a contratada deverá providenciar substituição imediata, sem prejuízo aos atendimentos.

3.10. A empresa a ser credenciada deverá comprovar capacidade técnica e experiência prévia na disponibilização de profissionais médicos para a Atenção Básica, demonstrando expertise em gestão de serviços de saúde, cumprimento das normas do SUS e observância dos princípios éticos e legais aplicáveis à profissão médica.

3.11. A disponibilização de médico para o PSF constitui medida estratégica e essencial para o funcionamento da rede municipal de saúde, contribuindo diretamente para:

- a) o fortalecimento da Atenção Básica;
- b) a prevenção de doenças e agravos;
- c) o acompanhamento contínuo de pacientes crônicos;
- d) e a melhoria dos indicadores epidemiológicos e de qualidade de vida da população.

3.12. Essa medida garante ainda a redução de atendimentos de urgência evitáveis e a descompressão da rede hospitalar.

3.13. A seleção de empresa com estrutura administrativa consolidada e profissionais qualificados assegura à Administração Municipal segurança jurídica, confiabilidade e eficiência, garantindo o cumprimento integral das metas de saúde pública estabelecidas no Plano Municipal de Saúde.

3.14. A escolha pela contratação via credenciamento revela-se a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e social, uma vez que possibilita:

- a) maior flexibilidade e celeridade administrativa;
- b) formação de banco de prestadores disponíveis;
- c) substituições imediatas sem interrupção dos atendimentos; e
- d) redução de custos administrativos e trabalhistas diretos para o Município.

3.15. Assim, o modelo garante assistência médica contínua, qualificada e humanizada, alinhada ao interesse público.

3.16. O serviço a ser contratado não se enquadra como supérfluo, mas sim como essencial ao cumprimento das obrigações constitucionais do Município de assegurar o direito fundamental à saúde (art. 196 da Constituição Federal).

3.17. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais períodos, observado o limite legal de 60 (sessenta) meses para serviços contínuos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.18. A presente contratação caracteriza-se como serviço contínuo, tendo em vista que a ausência do profissional médico comprometeria diretamente a assistência à população e a execução das ações da Atenção Primária, impactando negativamente na saúde pública local.

3.19. A interrupção dos serviços médicos acarretaria prejuízos imediatos à população, desassistência nas unidades básicas de saúde, rompimento do vínculo terapêutico com os pacientes e descumprimento das obrigações constitucionais e legais do Município de Córrego Danta/MG, motivo pelo qual a continuidade e estabilidade do serviço são indispensáveis.

3.20. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.21. Os serviços objeto deste Termo de Referência consistem na prestação contínua de assistência médica, por profissional devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), para atuação no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

3.22. A execução dos serviços compreenderá o atendimento integral da população adscrita, abrangendo atividades individuais e coletivas em saúde, devendo o profissional médico desempenhar, entre outras, as seguintes atribuições mínimas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- a) Realizar consultas médicas de rotina e de demanda espontânea, de forma humanizada e resolutive, conforme protocolos clínicos da Atenção Primária;
- b) Efetuar acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, garantindo continuidade terapêutica e integração com os demais profissionais da equipe de saúde;
- c) Realizar visitas domiciliares, conforme programação da equipe e critérios epidemiológicos;
- d) Emitir prescrições médicas, solicitações de exames, encaminhamentos especializados e atestados, observando as normas éticas e legais;
- e) Participar de reuniões técnicas e multiprofissionais, contribuindo com o planejamento e avaliação das ações do PSF;
- f) Realizar ações educativas, preventivas e de promoção à saúde, tanto em grupos quanto em campanhas temáticas;
- g) Manter prontuários atualizados, com registros fidedignos e completos em sistemas físicos e/ou eletrônicos adotados pelo Município;
- h) Cooperar com o monitoramento de indicadores de saúde, notificações obrigatórias e relatórios de produção mensal;
- i) Cumprir integralmente a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, em jornada previamente estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.20.3. O serviço será prestado de forma presencial e contínua, nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Córrego Danta/MG, prioritariamente na unidade PSF Central.

3.20.4. O profissional médico deverá atuar de forma integrada à equipe multiprofissional de saúde, assegurando o cumprimento das metas assistenciais e a implementação das estratégias previstas no Plano Municipal de Saúde e nas normativas do Ministério da Saúde.

3.20.5. O atendimento deverá observar as normas de biossegurança, ética médica, sigilo profissional e confidencialidade, bem como a humanização no acolhimento do usuário, conforme as diretrizes do SUS e do Código de Ética Médica.

3.20.6. A empresa contratada será responsável por:

- a) Disponibilizar o profissional médico devidamente habilitado, apto para início imediato das atividades;
- b) Garantir a substituição imediata em casos de afastamento, impedimento ou desligamento, sem ônus adicional para o Município;
- c) Fornecer suporte administrativo e acompanhamento da execução contratual, de modo a assegurar a continuidade do serviço;
- d) Manter atualizada a documentação comprobatória da regularidade do profissional junto ao CRM e demais órgãos competentes.

3.20.7. A Secretaria Municipal de Saúde realizará o acompanhamento, fiscalização e avaliação periódica dos serviços, por meio de servidores designados como gestor e fiscais da contratação, com vistas a garantir o cumprimento integral das condições técnicas, legais e contratuais estabelecidas.

3.20.8. O não cumprimento das atribuições, carga horária ou normas técnicas acarretará as medidas corretivas previstas no contrato, podendo ensejar glosa proporcional de valores, substituição do profissional e aplicação das penalidades legais cabíveis.

4. REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que o problema identificado seja devidamente solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente requisitos técnicos e condições operacionais capazes de assegurar a eficiência, continuidade do atendimento, qualidade do serviço prestado e conformidade legal na atuação do profissional médico disponibilizado ao Programa Saúde da Família (PSF).

4.2. O credenciamento permitirá a formação de uma lista de prestadores aptos, possibilitando substituições imediatas ou ampliações futuras, conforme a necessidade das duas unidades de saúde existentes no município: PSF Central (sede).

4.3. Requisitos Funcionais

- a) Disponibilização de médico com formação acadêmica em Medicina e registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG);
- b) Atuação em jornada compatível com as diretrizes do Ministério da Saúde para equipes de PSF, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- c) Realização de consultas médicas, acompanhamento clínico de pacientes, emissão de receitas, atestados e encaminhamentos conforme protocolos do SUS;
- d) Participação em ações de promoção e prevenção da saúde, visitas domiciliares e campanhas públicas;
- e) Atendimento integral a todas as faixas etárias, incluindo gestantes, crianças, adultos e idosos;
- f) Atuação integrada com a equipe multiprofissional (enfermeiros, técnicos, agentes comunitários de saúde e demais profissionais da rede);
- g) Comprometimento com o atendimento humanizado, ético e resolutivo, priorizando a continuidade do cuidado e a melhoria dos indicadores de saúde locais.

4.4. Requisitos Técnicos e de Segurança

- a) Regularidade do profissional médico junto ao CRM/MG e inexistência de impedimentos éticos ou legais para o exercício da profissão;
- b) Cumprimento das normas de biossegurança e protocolos sanitários aplicáveis à atenção básica;
- c) Manutenção de prontuários médicos completos e sigilosos, em conformidade com a legislação vigente e as orientações do Conselho Federal de Medicina;
- d) Atendimento humanizado, observando os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS;
- e) Emissão de relatórios mensais ou periódicos de atendimentos e ações realizadas, para acompanhamento da gestão municipal;
- f) Garantia de substituição imediata do profissional em caso de afastamento, desligamento ou impedimento, de modo a não interromper o atendimento à população;
- g) Observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) no tratamento das informações de pacientes e prontuários.

4.5. Condições Operacionais e Contratuais

- a) Disponibilização do profissional médico em prazo máximo definido no Termo de Referência, assegurando o início imediato das atividades após o credenciamento;
- b) Responsabilidade integral da empresa credenciada quanto ao pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes do vínculo com o médico disponibilizado;
- c) Inexistência de vínculo empregatício direto entre o profissional e a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 3º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Apresentação periódica de comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- e) Cumprimento integral das normas da Lei nº 14.133/2021, da legislação trabalhista e das diretrizes do Ministério da Saúde para a Atenção Primária;
- f) Fiscalização técnica e administrativa a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que acompanhará a assiduidade, o desempenho e a qualidade do serviço prestado;
- g) Previsão de rescisão imediata do credenciamento em caso de descumprimento contratual, irregularidades éticas, faltas reiteradas ou má conduta profissional;
- h) Garantia de atendimento contínuo e regular nas duas unidades de saúde, inclusive com substituições rápidas em caso de afastamento do profissional.

4.6. Justificativa do modelo de contratação via credenciamento

4.6.1. A opção pelo credenciamento fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV, que admite a contratação direta quando houver inviabilidade de competição e a seleção de prestadores mediante chamamento público.

4.6.2. Considerando que poderá haver mais de um interessado em prestar o serviço, o credenciamento permitirá a formação de uma lista de profissionais e empresas habilitadas, aptas a atender o Município de forma contínua, flexível e substitutiva, especialmente nas duas unidades existentes (sede e distrito de Cachoeirinha).

4.6.3. Essa modalidade tem sido amplamente utilizada em municípios de porte semelhante, conforme demonstrado em registros do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como:

- a) Mirabela/MG – Credenciamento para serviços médicos clínicos no PSF e UBS, valor contratado: R\$ 156.000,00, ID PNCP: 18017376000174-1-000069/2025 Portal Nacional de Contratações;
- b) Pintópolis/MG – Credenciamento de médicos plantonistas e clínicos gerais, valor contratado: R\$ 1.754.000,00, ID PNCP: 01612481000159-1-000032/2024 Portal Nacional de Contratações;
- c) Araruna/PR – Chamamento Público para contratação de empresa de serviços médicos, valor contratado: R\$ 1.112.466,60, ID PNCP: 75359760000199-1-000166/2025 Portal Nacional de Contratações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

4.7. Esses exemplos confirmam a adequação técnica e legal do modelo de credenciamento, bem como a razoabilidade dos valores médios praticados, legitimando a adoção do mesmo formato pelo Município de Córrego Danta/MG.

4.8. O atendimento a todos esses requisitos e condições é essencial para garantir que a contratação proporcione regularidade, qualidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços médicos, assegurando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida da população, em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público.

4.9. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CREDENCIAMENTO

4.9.1. Na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o art. 3º da IN DNRC nº 110/2009, e que atenderem a todas as exigências deste Termo de Referência.

4.10. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (PESSOA JURÍDICA)

4.10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o tipo societário;
- c) RG e CPF dos sócios e/ou representantes legais da empresa;
- d) Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- e) Procuração e documentos pessoais do representante legal, quando o signatário não for o titular ou sócio da empresa;
- f) Declaração formal da empresa indicando o médico responsável pela execução dos serviços, acompanhada de cópia da carteira do Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), comprovando registro ativo e regular.

4.10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União (emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- d) Certidão de regularidade perante o INSS (CND – Certidão Negativa de Débitos Previdenciários);
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (emitido pela Caixa Econômica Federal);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- g) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

4.10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de natureza e complexidade semelhantes ao objeto deste credenciamento, especialmente relacionados à disponibilização de profissionais médicos ou à prestação de serviços na Atenção Primária à Saúde;
- b) Comprovação de vínculo ou contrato com o médico indicado, por meio de CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou documento equivalente, demonstrando a relação jurídica com o profissional a ser disponibilizado;
- c) Declaração de que o médico indicado possui experiência comprovada em Atenção Primária à Saúde ou atuação em equipes de PSF/ESF, conforme modelo constante nos anexos deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

4.7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO PARA CREDENCIAMENTO E DA FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS ENTRE OS CREDENCIADOS

4.7.1. Serão habilitadas e credenciadas apenas as empresas especializadas que atenderem integralmente a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, apresentando toda a documentação exigida de forma completa, regular, legível e sem vícios, dentro dos prazos definidos.

4.7.2. Após a publicação deste Edital de Credenciamento, qualquer interessado que atenda às condições poderá, a qualquer tempo, apresentar a documentação de credenciamento, observadas as regras, prazos e formas de entrega estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.7.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada:

- a) Presencialmente, em envelope lacrado, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, situado à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CEP 39.980-000;
- b) Por meio eletrônico, via e-mail: licitacao1corregodanta@gmail.com, com o assunto: "Credenciamento de Empresa Especializada para Disponibilização de Profissional Médico – PSF".

4.7.4. Após a análise documental pela Agente de Contratação, com apoio da Equipe de Apoio, será publicada, nos meios oficiais da Administração (Diário Oficial e sítio eletrônico), a relação dos interessados credenciados e/ou inabilitados, contendo, no caso de inabilitação, a motivação sucinta e fundamentada.

4.7.5. Divulgado o resultado da análise, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos administrativos, contados da data da publicação do resultado preliminar, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

4.7.6. Decorrido o prazo recursal e, após a homologação do resultado final, as empresas habilitadas e credenciadas passarão a integrar o Cadastro Oficial de Prestadores de Serviços Médicos do Município de Córrego Danta/MG, podendo ser convocadas conforme a demanda assistencial, desde que mantenham atualizadas as condições de habilitação e regularidade cadastral.

4.7.7. A distribuição dos serviços entre as empresas credenciadas ocorrerá de forma isonômica, rotativa e transparente, mediante convocações sucessivas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade de cobertura das unidades de PSF ou a substituição de profissionais.

4.7.8. Havendo mais de uma empresa credenciada apta a atender a mesma unidade ou vaga, a ordem de prioridade de convocação observará os seguintes critérios de desempate:

- I. Sede ou filial estabelecida no Município de Córrego Danta/MG, devidamente comprovada;
- II. Maior tempo de experiência comprovada em serviços médicos de Atenção Primária à Saúde;
- III. Persistindo o empate, será realizado sorteio público, em sessão aberta, com data e local previamente divulgados no PNCP e no site oficial do Município.

4.7.9. A empresa convocada que, por motivo justificado, não puder atender à solicitação, deverá comunicar formalmente à Administração no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação.

4.7.10. Nessa hipótese, será imediatamente convocada a próxima credenciada conforme a ordem de prioridade vigente.

4.7.11. A empresa que tiver prestado o serviço aguardará o término do ciclo de convocações de todas as demais credenciadas antes de ser novamente designada, garantindo a rotatividade equitativa e a impessoalidade na distribuição das contratações.

4.7.12. A Administração poderá, de forma justificada, promover novo sorteio ou alterar a ordem de convocação, nos casos de:

- a) impedimento superveniente do credenciado;
- b) desistência formal;
- c) inexecução contratual;
- d) perda das condições de habilitação;
- e) rescisão contratual;
- f) necessidade administrativa urgente ou de continuidade do serviço público essencial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato decorrente do presente credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as condições deste edital, o Termo de Referência, a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial do instrumento.

5.2. Em caso de suspensão, impedimento ou ordem de paralisação devidamente justificados pela Administração, os prazos contratuais poderão ser prorrogados automaticamente, mediante registro formal em apostila ou termo aditivo, conforme o caso, sem prejuízo das condições originais da contratação.

5.3. As comunicações oficiais entre o Município e a empresa credenciada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se também o uso de meio eletrônico institucional, sempre que houver necessidade de registro formal das comunicações ou comprovação de ciência.

5.4. A Administração poderá convocar representantes da empresa credenciada para reuniões técnicas ou administrativas, bem como adotar providências imediatas destinadas à boa execução contratual e à solução de eventuais não conformidades verificadas.

Fiscalização Técnica

5.5. Caberá ao Fiscal Técnico, designado pela Secretaria Municipal de Saúde, acompanhar e avaliar a execução dos serviços, verificando a conformidade das atividades desempenhadas pelo profissional médico com as condições, prazos e especificações previstas no contrato e no Termo de Referência.

5.5.1. O Fiscal Técnico deverá:

- a) Registrar todas as ocorrências relevantes em relatório próprio de acompanhamento;
- b) Notificar a empresa contratada em caso de falhas, descumprimento contratual ou irregularidades técnicas;
- c) Comunicar ao Gestor do Contrato as situações que demandem medidas administrativas ou decisão superior;
- d) Atestar mensalmente a execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento.

Fiscalização Administrativa

5.6. Compete ao Fiscal Administrativo:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- b) Acompanhar registros de frequência, relatórios mensais e comunicações internas relativas à execução dos serviços;
- c) Manter controle das obrigações acessórias contratuais e do cumprimento dos prazos;
- d) Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer descumprimentos contratuais ou irregularidades administrativas.

Gestão do Contrato

5.7. O Gestor do Contrato será o responsável pela coordenação geral da execução, pela consolidação das informações dos fiscais técnico e administrativo, pela emissão de relatórios de acompanhamento e pela instrução de processos administrativos relativos a aditivos, prorrogações, substituições, sanções ou rescisões, quando necessário.

5.8. **Compete ainda ao Gestor do Contrato:**

- a) Zelar pela perfeita execução e continuidade do serviço público essencial de saúde;
- b) Emitir relatório final de avaliação sobre a execução e desempenho da contratada;
- c) Encaminhar ao Setor de Contratos toda a documentação referente ao encerramento contratual e à formalização do arquivamento processual.

5.9. Gestora Técnica e Administrativa do Contrato: Mariana Coimbra – Secretária Municipal de Saúde

E-mail: marianacorregodanta@gmail.com Telefone: (37)3424-1010.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. Considerando o objeto e o valor estimado da contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico destinado ao Programa Saúde da Família (PSF), a forma mais adequada para a execução desta contratação é o Credenciamento, conforme previsto no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a inexigibilidade de licitação quando houver impossibilidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

competição, especialmente nos casos em que se pretende formar uma lista de prestadores aptos a serem convocados conforme a necessidade da Administração.

6.2. O credenciamento possibilita a contratação simultânea ou sucessiva de mais de um prestador para o mesmo objeto, garantindo ampla participação de interessados e formação de banco de prestadores aptos a atender às duas unidades de saúde do Município (sede e distrito de Cachoeirinha).

6.3. Essa forma de contratação assegura a continuidade do serviço médico, com substituições imediatas em caso de afastamento do profissional, bem como o atendimento imediato a demandas adicionais, caso o Município venha a ampliar a cobertura do PSF.

6.4. A escolha pela forma de credenciamento fundamenta-se na necessidade de viabilizar a prestação de serviço essencial de saúde, caracterizado como contínuo e ininterrupto, cuja execução exige disponibilidade presencial e atendimento humanizado, conforme diretrizes da Atenção Primária.

6.5. A contratação será formalizada mediante chamamento público, com análise técnica e jurídica prévia, assegurando isonomia, transparência e impessoalidade entre os credenciados.

6.6. O procedimento de credenciamento será instruído com os seguintes elementos:

- a) Justificativa da necessidade da contratação e da escolha da forma de execução;
- b) Pesquisa de mercado contendo valores médios regionais para serviços equivalentes;
- c) Análise técnica de viabilidade e adequação do credenciamento;
- d) Edital de Chamamento Público, contendo os requisitos técnicos, prazos, forma de inscrição e critérios de convocação dos credenciados;
- e) Termo de Referência detalhado, com as especificações técnicas do serviço, carga horária, condições de execução, fiscalização e substituição;
- f) Minuta de Contrato Administrativo, com cláusulas que assegurem a fiel execução do objeto, a responsabilidade técnica e o cumprimento das normas éticas e legais.

6.7. Para assegurar a regularidade e a segurança da contratação, serão exigidos dos interessados os seguintes requisitos:

- a) Proposta formal de credenciamento, com valores compatíveis com o mercado local;
- b) Comprovação de capacidade técnica, mediante atestados de desempenho anterior em fornecimento de profissionais médicos a entes públicos ou privados;
- c) Comprovação de registro ativo no CRM/MG e ausência de impedimentos éticos ou legais;
- d) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos dos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Cumprimento integral das normas da LGPD (Lei nº 13.709/2018) quanto à segurança e confidencialidade das informações médicas;
- f) Comprometimento formal de substituição imediata em caso de afastamento, desligamento ou impedimento do profissional credenciado.

6.8. O credenciamento público é a forma de contratação juridicamente viável, tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Município, por permitir a contratação direta de múltiplos prestadores de serviço, mediante chamamento aberto e permanente, conforme dispõe o art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

6.9. Essa metodologia garante a celeridade e continuidade da assistência médica à população, assegura tratamento isonômico aos interessados e fortalece a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos da saúde municipal.

6.10. Critério de Desempate entre Credenciados

6.11. Havendo mais de uma empresa ou profissional credenciado para o mesmo item ou função, a Administração convocará os credenciados, observando a ordem de credenciamento.

6.12. Persistindo situação de igualdade ou necessidade de definição de prioridade, será adotado os seguintes critérios de desempate, qual seja:

- a) Maior tempo de sede ou domicílio no Município de Córrego Danta/MG, comprovado mediante contrato social, comprovante de endereço ou inscrição municipal;
- b) Persistindo o empate, terá preferência a empresa ou profissional que comprovar maior tempo de experiência comprovada em prestação de serviços equivalentes, especialmente junto a entes públicos;
- c) Caso o empate ainda permaneça, será realizado sorteio público com registro em ata, garantindo-se a transparência e a publicidade do ato.

6.13. Este critério visa garantir a isonomia entre os credenciados e a continuidade dos serviços essenciais, assegurando tratamento equitativo e seleção objetiva, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), definido a partir de pesquisa de mercado realizada com empresas especializadas na disponibilização de profissionais médicos para a Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF). O valor corresponde à remuneração mensal média praticada no mercado para médico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), considerando a carga horária contratual e o período de 12 (doze) meses.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	12	MESES	Contratação empresa especializada de profissional médico para atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00

8.2. Em atenção à natureza do processo de Pregão Eletrônico, o valor estimado foi definido com base no menor preço obtido entre as cotações válidas, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo competitividade, transparência e economicidade na contratação.

8.3. Para a pesquisa de mercado, foram analisados orçamentos junto a empresas e cooperativas médicas, contendo propostas técnicas e/ou comerciais compatíveis com o escopo do objeto pretendido. Tal procedimento confere legitimidade, rastreabilidade e adequação ao processo de estimativa de preços, atendendo às orientações dos órgãos de controle.

8.4. A definição do valor de referência considerou o conjunto das propostas válidas recebidas, sendo adotado o menor valor ofertado, conforme demonstrado no quadro comparativo anexo, que apresenta as empresas consultadas, os valores recebidos e a indicação da proposta de menor preço, que servirá de referência para a contratação via Pregão Eletrônico.

8.5. Justificativa para cotação direta com o fornecedor

8.6. A pesquisa de preços foi realizada diretamente com fornecedores regionais que atuam na disponibilização de profissionais médicos para a Atenção Primária à Saúde, tendo em vista que esse método representa a forma mais eficaz de captar valores reais e compatíveis com a realidade local.

8.7. Embora o serviço não se caracterize como de mercado restrito, a pesquisa direta com empresas da região permite melhor identificação das condições de contratação efetivamente praticadas, considerando que o atendimento será presencial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, exigindo disponibilidade física e logística do profissional dentro do território municipal.

8.8. Tal procedimento atende aos princípios da economicidade e eficiência previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às orientações do art. 23, inciso I, §1º, que determina que a estimativa de preços deve refletir valores praticados no mercado local ou regional.

8.9. A cotação direta com fornecedores assegura maior fidedignidade e contemporaneidade dos dados coletados, reduzindo distorções provocadas por variações regionais e garantindo que o valor estimado represente de forma realista os custos envolvidos na execução do serviço dentro das condições operacionais de Córrego Danta/MG.

8.10. Adicionalmente, esse método confere transparência e rastreabilidade ao processo de formação do preço de referência, uma vez que todas as consultas realizadas — inclusive por e-mail, telefone ou plataformas oficiais — são documentadas e arquivadas para fins de comprovação perante os órgãos de controle.

8.11. Dessa forma, a pesquisa direta com fornecedores locais e regionais é a metodologia mais adequada para a definição do valor estimado, permitindo à Administração Pública estabelecer um parâmetro justo, competitivo e alinhado à realidade do mercado, especialmente considerando a natureza contínua, presencial e essencial do serviço médico a ser prestado.

9. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1. Obrigações da Contratada

9.1.1. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital de Credenciamento, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e demais normas aplicáveis à execução dos serviços médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

9.1.2. Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação e regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como a regularidade cadastral do profissional médico junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM/MG).

9.1.3. Garantir a disponibilização de profissional médico devidamente habilitado, com registro ativo no CRM/MG, para início imediato das atividades, conforme a carga horária estabelecida e as orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

9.1.4. Assegurar o cumprimento da carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais pelo profissional designado, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.1.5. Garantir a substituição imediata do profissional médico em caso de afastamento, impedimento, desligamento ou descumprimento contratual, sem ônus adicional para o Município e sem prejuízo da continuidade do atendimento à população.

9.1.6. Zelar pela qualidade técnica e ética dos serviços prestados, observando os princípios da universalidade, integralidade, equidade e humanização da atenção básica à saúde.

9.1.7. Manter a guarda e confidencialidade de todos os prontuários, relatórios, informações e registros produzidos durante a execução dos serviços, garantindo o sigilo profissional e a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e do Código de Ética Médica.

9.1.8. Elaborar e encaminhar relatórios mensais de atendimento, contendo informações sobre produção, frequência, indicadores de saúde e desempenho do profissional, devidamente assinados e atestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.1.9. Manter comunicação permanente com a Coordenação de Atenção Primária e com os fiscais designados pela Administração, prestando esclarecimentos e adotando providências imediatas sempre que solicitado.

9.1.10. Responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas na execução dos serviços. Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Obrigações do Contratante

9.2.1. Garantir o acesso do profissional médico e da empresa contratada às Unidades Básicas de Saúde e aos sistemas administrativos necessários à execução das atividades, mediante prévia identificação e autorização.

9.2.2. Fornecer as informações, relatórios, prontuários e dados técnicos necessários à execução dos serviços médicos e à elaboração dos relatórios mensais de produção e desempenho.

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar, de forma contínua, a execução técnica, administrativa e financeira do contrato, designando formalmente gestor e fiscais, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4. Assegurar condições adequadas de trabalho nas unidades de saúde, incluindo infraestrutura mínima, insumos e equipamentos necessários à execução das atividades médicas.

9.2.5. Supervisionar e avaliar, periodicamente, o cumprimento da carga horária e a qualidade do atendimento prestado, comunicando formalmente à contratada eventuais irregularidades observadas.

9.2.6. Receber e apurar reclamações, manifestações e denúncias de usuários, adotando as providências cabíveis e aplicando sanções administrativas, quando necessário, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.2.7. Efetuar o pagamento mensal dos serviços prestados, mediante apresentação e aprovação do relatório técnico e de frequência atestado pelo fiscal técnico da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2.8. Notificar formalmente a contratada sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos, concedendo prazo razoável para a adoção de medidas corretivas, quando cabível.

9.2.9. Manter arquivados todos os documentos, relatórios e registros contratuais, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, conforme disposto no art. 172 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.10. Zelar pela regularidade, continuidade e eficiência dos serviços médicos prestados, adotando medidas preventivas e corretivas para garantir a integridade e a qualidade da atenção primária à saúde.

10. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

10.1. Não Durante a vigência do contrato, o valor contratado não sofrerá reajuste, salvo para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da variação inflacionária oficial, aplicando-se o índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice oficial pertinente, acumulado no período de 12 (doze) meses, conforme estabelece o art. 134, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

10.2. O reajuste anual, quando aplicável, será calculado a partir da data de assinatura do contrato, mediante solicitação formal da contratada, acompanhada de comprovação da variação do índice e aprovação da Administração Municipal.

10.3. Não serão admitidas revisões ou reajustes decorrentes de mero aumento de custos operacionais, encargos sociais, elevação de salários ou variações de mercado, salvo quando caracterizada desequilíbrio comprovado nos termos do art. 124, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.4. A recomposição financeira prevista neste item não poderá ultrapassar o limite do índice oficial acumulado no período, e sua concessão dependerá de autorização expressa do Gestor do Contrato, mediante manifestação técnica e jurídica favorável.

11. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

11.1. O contrato firmado com a empresa credenciada poderá ser cancelado pela Administração Municipal, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento das obrigações contratuais ou das condições previstas neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, sem justificativa aceita pela Administração;

II – execução insatisfatória dos serviços, atraso injustificado, descontinuidade no atendimento médico ou descumprimento da carga horária mínima estabelecida;

III – recusa em prestar os serviços quando regularmente convocada pela Secretaria Municipal de Saúde, sem motivo justificado;

IV – substituição do profissional médico sem prévia autorização da Administração ou ausência de substituição imediata em caso de afastamento, impedimento ou rescisão;

V – constatação de irregularidade ou falsidade documental relativa à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária ou profissional;

VI – ocorrência de falência, dissolução, insolvência civil ou encerramento das atividades da empresa credenciada;

VII – perda das condições de habilitação exigidas no credenciamento ou da regularidade do médico junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM/MG);

VIII – prática de atos lesivos à Administração Pública, inclusive os previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

IX – aplicação de sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

X – interesse público devidamente fundamentado, que torne a execução do contrato inconveniente ou inoportuna, nos termos do art. 137, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O cancelamento será formalizado mediante despacho da autoridade competente, após regular processo administrativo, que assegure ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa, com observância dos prazos legais e registro formal nos autos.

11.3. O cancelamento não gerará direito a indenização à contratada, ressalvados os serviços efetivamente prestados, comprovados e atestados pela fiscalização até a data da rescisão contratual.

11.4. Na hipótese de cancelamento do contrato, a Administração Municipal poderá convocar outro credenciado, observada a ordem de prioridade e rodízio estabelecida, de modo a assegurar a continuidade dos serviços médicos e a regularidade do atendimento à população.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O credenciado estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, garantido sempre o contraditório e a ampla defesa.

12.2. **As penalidades aplicáveis são:**

I – Advertência escrita, nos casos de pequenas falhas que não comprometam a execução do objeto, mas que necessitem de correção imediata;

II – Multa, aplicável nos seguintes casos:

a) até 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de descumprimento injustificado de obrigação contratual;

b) até 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de recusa injustificada em iniciar ou manter a execução dos serviços, quando regularmente convocado;

III – Suspensão temporária de participar de credenciamentos e licitações no âmbito do Município de Córrego Danta/MG, por prazo de até 2 (dois) anos, nos casos de inexecução reiterada, descumprimento grave ou comportamento incompatível com a boa-fé contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

IV – Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente, nos casos de fraude, má-fé, falsificação documental ou prática de ato ilícito que cause prejuízo à Administração.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, podendo ser descontado de valores eventualmente devidos à contratada ou cobrado judicialmente.

12.4. As penalidades previstas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração e o dano causado ao interesse público, sem prejuízo da apuração de perdas e danos ocasionados ao Município de Córrego Danta/MG.

13. PLANEJAMENTO

13.1. Para a presente contratação, foi verificada a existência de previsão orçamentária específica no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente do Município de Córrego Danta/MG, assegurando a adequação orçamentária e financeira exigida pela Lei nº 14.133/2021.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas para atender a este procedimento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício.

UNIDADE	DOTAÇÃO	FICHA	FONTES	NATUREZA/ ELEMENTO
02.14.01	10.301.0020.2201.3.3.90.34.00	463	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000 2.600.000.000	Outras Desp. Pes. Dec.Cont.Terceirização

15. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

15.1. O presente Credenciamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, a contar de 06 de novembro de 2025, podendo receber, a qualquer tempo, novos pedidos de credenciamento, desde que atendidos integralmente os requisitos e condições estabelecidos neste instrumento convocatório.

15.2. A análise da documentação de credenciamento será realizada em sessões públicas programadas, de forma periódica, conforme estabelecido neste edital, garantindo ampla publicidade e transparência do processo.

15.3. Durante toda a vigência do credenciamento, o credenciado deverá manter atualizadas as condições de habilitação e qualificação técnica e profissional que ensejaram sua admissão, sob pena de descredenciamento.

15.4. O contrato individual firmado com o credenciado, quando convocado de acordo com a ordem definida, terá vigência de 01 (um) ano contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei vigente.

15.5. O credenciamento poderá ser suspenso ou encerrado a qualquer tempo, no todo ou em parte, mediante decisão administrativa formalmente motivada e amplamente divulgada, sem que disso decorra direito a indenização ou ressarcimento de qualquer natureza aos credenciados, quando:

I – verificado o atendimento do interesse público;

II – houver descumprimento contratual ou perda das condições de habilitação; ou

III – ocorrer alteração das condições técnicas ou legais que inviabilizem a manutenção do procedimento.

Córrego Danta, 29 de outubro de 2025.

Mariana Coimbra
Secretário Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**1. OBJETO**

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade apresentar informações detalhadas e fundamentadas que subsidiem a análise, o planejamento e a eventual contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico, destinado à atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, em conformidade com as necessidades assistenciais da rede municipal de saúde e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), observando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 8.080/1990 e demais normas correlatas.

1.2. O profissional médico a ser disponibilizado deverá atender, de forma plena, contínua e integrada, às seguintes diretrizes e funcionalidades:

- a) Atendimento integral e humanizado: realização de consultas médicas, acompanhamento de pacientes, prescrição de tratamentos, solicitações de exames e encaminhamentos, conforme os protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e fluxos assistenciais do SUS;
- b) Atuação multiprofissional: participação efetiva na equipe de saúde da família, integrada por enfermeiros, técnicos, agentes comunitários e demais profissionais, promovendo ações intersetoriais de prevenção, promoção, tratamento e reabilitação da saúde da população;
- c) Acessibilidade e equidade: atendimento a toda a população da área de abrangência da unidade de saúde, incluindo moradores da zona rural e de áreas de difícil acesso, garantindo os princípios da universalidade, equidade e integralidade do cuidado;
- d) Qualificação técnica: profissional com registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG) e experiência comprovada em Atenção Primária à Saúde, preferencialmente em atuação junto à Estratégia Saúde da Família;
- e) Continuidade e eficiência: presença regular do médico na unidade, observando a carga horária semanal definida pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando acompanhamento longitudinal e evitando desassistência à população;
- f) Eficiência e sustentabilidade: atuação baseada em práticas clínicas seguras e em evidências científicas, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos e a redução de encaminhamentos desnecessários para serviços de média e alta complexidade.

1.3. A contratação tem por objetivo atender de forma integral, contínua e estratégica as demandas do município na atenção primária à saúde, assegurando que o profissional médico contratado seja capaz de:

- a) Ampliar e fortalecer a cobertura da Estratégia Saúde da Família – ESF, garantindo atendimento médico regular e de qualidade;
- b) Assegurar atenção humanizada, resolutiva e acessível aos usuários do SUS em Córrego Danta/MG;
- c) Promover ações permanentes de educação em saúde, prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida;
- d) Reduzir a demanda de atendimentos de urgência e internações evitáveis, por meio do acompanhamento sistemático dos usuários da área de abrangência;
- e) Contribuir para a melhoria dos indicadores epidemiológicos e de saúde pública do município;
- f) Cumprir os princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial os da planejamento, eficiência, economicidade, transparência, legalidade e interesse público.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Córrego Danta/MG possui atualmente duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma localizada na sede municipal e outra no distrito de Cachoeirinha. A unidade de Cachoeirinha conta com atendimento médico assegurado por profissional integrante do Programa “Mais Médicos”, enquanto a unidade do PSF Central encontra-se sem profissional médico responsável, o que tem comprometido o atendimento à população urbana e parte da zona rural do município.

2.2. O Município não dispõe de cargo efetivo de médico em seu quadro funcional, o que inviabiliza a nomeação de profissional de forma direta e permanente. Diante dessa realidade, a única alternativa disponível à Administração é a contratação de empresa especializada para disponibilização de um médico habilitado que atue junto à equipe do Programa Saúde da Família (PSF) na sede do município, garantindo a continuidade e integralidade do cuidado aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3. Embora o Programa “Mais Médicos” tenha contribuído para a cobertura da unidade distrital, é sabido que tanto nesse programa quanto nas contratações realizadas por meio de empresas terceirizadas há uma certa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

rotatividade de profissionais, o que reforça a importância de o Município manter mecanismos administrativos estáveis que assegurem a presença contínua do médico na unidade, evitando desassistência e lacunas no atendimento à população local.

2.4. A ausência de médico fixo no PSF da sede municipal provoca sobrecarga nos atendimentos de enfermagem e nos encaminhamentos para outras unidades, prejudicando a resolutividade da atenção primária e aumentando a demanda em níveis de maior complexidade. Essa situação impacta a eficiência do sistema público de saúde, reduz a capacidade de acompanhamento de pacientes crônicos e compromete o acesso humanizado, integral e equitativo aos serviços básicos de saúde.

2.5. Considerando o interesse público e a necessidade de assegurar a continuidade do serviço essencial, pretende-se, ainda, manter uma lista de potenciais prestadores de serviço credenciados, possibilitando substituições imediatas ou contratações adicionais, caso ocorra afastamento, desligamento ou indisponibilidade do profissional titular, garantindo assim a regularidade e estabilidade do atendimento médico no PSF.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções técnicas e operacionais disponíveis para a contratação de empresa especializada na disponibilização de profissional médico para o Programa Saúde da Família (PSF) da sede municipal de Córrego Danta/MG.

3.2. O levantamento abrangeu a pesquisa de contratações similares publicadas no PNCP, bem como a análise de modelos de execução e parâmetros econômicos praticados por outros municípios de porte e realidade semelhantes, de modo a aferir a viabilidade técnica, a razoabilidade dos valores e a adequação da modalidade de contratação.

3.3. Alternativas consideradas

3.4. Contratação direta de médico efetivo

- a) O Município não possui cargo de médico em seu quadro de pessoal;
- b) A criação de cargo e realização de concurso público demandariam longo prazo e dotação orçamentária específica;
- c) A alternativa é inviável a curto prazo, diante da urgência da demanda e da necessidade de garantir continuidade do atendimento médico.

3.5. Contratação temporária direta

- a) Embora possível em caráter emergencial, apresenta fragilidade jurídica e risco de descontinuidade do serviço;
- b) Os encargos trabalhistas e previdenciários recaem integralmente sobre o Município;
- c) É uma solução pontual e não sustentável para serviço essencial e permanente.

3.6. Contratação de empresa especializada via credenciamento

- a) A solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada na disponibilização de médico clínico geral, com registro ativo no CRM/MG, mediante procedimento de credenciamento, conforme previsto no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- b) O credenciamento possibilita a formação de uma lista de prestadores habilitados, garantindo substituições imediatas ou contratações adicionais nas duas unidades de saúde do município (PSF da sede e unidade de Cachoeirinha);
- c) Esse modelo é amplamente adotado por outros municípios, proporcionando agilidade, segurança jurídica e continuidade dos serviços essenciais de saúde.

3.7. Exemplos de contratações similares (PNCP)

3.8. Para aferir a razoabilidade dos preços e a adequação da modalidade de credenciamento, foram consultadas contratações com objeto semelhante, publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

Município	Objeto	Modalidade / Amparo Legal	Valor Total Contratado	ID PNCP	Observação
-----------	--------	---------------------------	------------------------	---------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

Mirabela/MG	Contratação de serviços médicos clínicos generalistas e especialistas para atendimento no PSF e UBS locais	Inexigibilidade – Credenciamento (Art. 74, IV, Lei 14.133/2021)	R\$ 156.000,00	18017376000174-1-000069/2025	Médico clínico geral 40h semanais no PSF Leste/Sul
Pintópolis/MG	Credenciamento de pessoas físicas/jurídicas para contratação de médico plantonista e clínico geral para UBS e PSF	Inexigibilidade – Credenciamento (Art. 74, IV, Lei 14.133/2021)	R\$ 1.754.000,00	01612481000159-1-000032/2024	Contratação de médicos clínicos gerais com valores mensais de até R\$ 17.000,00
Araruna/PR	Contratação de empresa para serviços médicos, incluindo atendimento no PSF e UBS	Inexigibilidade – Chamamento Público 016/2025 (Art. 74, IV, Lei 14.133/2021)	R\$ 1.112.466,60	75359760000199-1-000166/2025	Serviços de clínico geral e plantonista para atenção básica

3.9. Vantagens do modelo de credenciamento

- Formação de banco de prestadores aptos a atender às duas unidades de saúde do município;
- Garantia de substituição imediata em caso de afastamento do profissional;
- Descentralização da dependência de um único contratado, promovendo maior segurança operacional;
- Celeridade e simplificação do processo, em conformidade com o art. 79, §1º da Lei nº 14.133/2021;
- Segurança jurídica e eficiência, com contratação apenas de empresas previamente habilitadas e com registro profissional regular.

3.10. Conclusão do levantamento de mercado

3.11. Com base nas alternativas avaliadas, nas contratações similares registradas no PNCP e nas condições locais do Município de Córrego Danta/MG, conclui-se que a modalidade de credenciamento é a forma mais adequada, segura e eficiente para atender à necessidade de disponibilização de médico para o PSF Central, mantendo-se uma lista de prestadores aptos a eventuais substituições ou ampliações.

3.12. A adoção desse modelo garante continuidade do atendimento médico, redução de riscos administrativos e jurídicos, e conformidade plena com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para que o problema identificado seja devidamente solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente requisitos técnicos e condições operacionais capazes de assegurar a eficiência, continuidade do atendimento, qualidade do serviço prestado e conformidade legal na atuação do profissional médico disponibilizado ao Programa Saúde da Família (PSF).

4.2. O credenciamento permitirá a formação de uma lista de prestadores aptos, possibilitando substituições imediatas ou ampliações futuras, conforme a necessidade das duas unidades de saúde existentes no município: PSF Central (sede) e Unidade de Saúde de Cachoeirinha.

4.3. Requisitos Funcionais

- Disponibilização de médico com formação acadêmica em Medicina e registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

- b) Atuação em jornada compatível com as diretrizes do Ministério da Saúde para equipes de PSF, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Realização de consultas médicas, acompanhamento clínico de pacientes, emissão de receitas, atestados e encaminhamentos conforme protocolos do SUS;
- d) Participação em ações de promoção e prevenção da saúde, visitas domiciliares e campanhas públicas;
- e) Atendimento integral a todas as faixas etárias, incluindo gestantes, crianças, adultos e idosos;
- f) Atuação integrada com a equipe multiprofissional (enfermeiros, técnicos, agentes comunitários de saúde e demais profissionais da rede);
- g) Comprometimento com o atendimento humanizado, ético e resolutivo, priorizando a continuidade do cuidado e a melhoria dos indicadores de saúde locais.

4.4. Requisitos Técnicos e de Segurança

- a) Regularidade do profissional médico junto ao CRM/MG e inexistência de impedimentos éticos ou legais para o exercício da profissão;
- b) Cumprimento das normas de biossegurança e protocolos sanitários aplicáveis à atenção básica;
- c) Manutenção de prontuários médicos completos e sigilosos, em conformidade com a legislação vigente e as orientações do Conselho Federal de Medicina;
- d) Atendimento humanizado, observando os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS;
- e) Emissão de relatórios mensais ou periódicos de atendimentos e ações realizadas, para acompanhamento da gestão municipal;
- f) Garantia de substituição imediata do profissional em caso de afastamento, desligamento ou impedimento, de modo a não interromper o atendimento à população;
- g) Observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) no tratamento das informações de pacientes e prontuários.

4.5. Condições Operacionais e Contratuais

- a) Disponibilização do profissional médico em prazo máximo definido no Termo de Referência, assegurando o início imediato das atividades após o credenciamento;
- b) Responsabilidade integral da empresa credenciada quanto ao pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes do vínculo com o médico disponibilizado;
- c) Inexistência de vínculo empregatício direto entre o profissional e a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 3º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Apresentação periódica de comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- e) Cumprimento integral das normas da Lei nº 14.133/2021, da legislação trabalhista e das diretrizes do Ministério da Saúde para a Atenção Primária;
- f) Fiscalização técnica e administrativa a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que acompanhará a assiduidade, o desempenho e a qualidade do serviço prestado;
- g) Previsão de rescisão imediata do credenciamento em caso de descumprimento contratual, irregularidades éticas, faltas reiteradas ou má conduta profissional;
- h) Garantia de atendimento contínuo e regular nas duas unidades de saúde, inclusive com substituições rápidas em caso de afastamento do profissional.

4.6. Justificativa do modelo de contratação via credenciamento

4.6.1. A opção pelo credenciamento fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV, que admite a contratação direta quando houver inviabilidade de competição e a seleção de prestadores mediante chamamento público.

4.6.2. Considerando que poderá haver mais de um interessado em prestar o serviço, o credenciamento permitirá a formação de uma lista de profissionais e empresas habilitadas, aptas a atender o Município de forma contínua, flexível e substitutiva, especialmente nas duas unidades existentes (sede e distrito de Cachoeirinha).

4.6.3. Essa modalidade tem sido amplamente utilizada em municípios de porte semelhante, conforme demonstrado em registros do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como:

- d) Mirabela/MG – Credenciamento para serviços médicos clínicos no PSF e UBS, valor contratado: R\$ 156.000,00, ID PNCP: 18017376000174-1-000069/2025 Portal Nacional de Contratações;
- e) Pintópolis/MG – Credenciamento de médicos plantonistas e clínicos gerais, valor contratado: R\$ 1.754.000,00, ID PNCP: 01612481000159-1-000032/2024 Portal Nacional de Contratações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

f) Araruna/PR – Chamamento Público para contratação de empresa de serviços médicos, valor contratado: R\$ 1.112.466,60, ID PNCP: 75359760000199-1-000166/2025 Portal Nacional de Contratações.

4.7. Esses exemplos confirmam a adequação técnica e legal do modelo de credenciamento, bem como a razoabilidade dos valores médios praticados, legitimando a adoção do mesmo formato pelo Município de Córrego Danta/MG.

4.8. O atendimento a todos esses requisitos e condições é essencial para garantir que a contratação proporcione regularidade, qualidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços médicos, assegurando a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida da população, em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público.

5. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. Considerando a natureza da contratação de empresa especializada para a disponibilização de profissional médico destinado à Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF), a presente contratação deverá ser realizada de forma contínua, assegurando a disponibilidade permanente do serviço médico para atender às demandas assistenciais do Município, durante toda a vigência contratual, garantindo atendimento seguro, eficiente e humanizado à população.

5.2. A demanda por serviços médicos é contínua e diversificada, abrangendo toda a população adscrita às equipes de saúde da família, incluindo áreas urbanas e rurais, e atendendo às necessidades de prevenção, promoção, diagnóstico e tratamento em saúde. Dessa forma, o profissional médico deverá possuir formação adequada, registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e experiência compatível com a atuação na atenção básica, garantindo regularidade no atendimento e cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

5.3. A atuação do profissional médico deverá observar as diretrizes e metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando integralidade, resolutividade, pontualidade e confiabilidade no atendimento à população. Além disso, o médico deverá cumprir as exigências legais e regulamentares, incluindo normas éticas do Conselho Federal de Medicina (CFM), protocolos clínicos do Ministério da Saúde e regulamentações municipais aplicáveis.

5.4. A avaliação, o controle e o aceite dos serviços prestados serão realizados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a equipe gestora do contrato, considerando critérios como:

- Cumprimento da carga horária e dedicação estabelecida em contrato;
- Qualidade técnica e resolutividade dos atendimentos médicos realizados;
- Integração do profissional médico com a equipe multiprofissional da ESF/PSF;
- Atendimento tempestivo às demandas assistenciais da população;
- Conformidade legal e ética no exercício da profissão médica;
- Satisfação dos usuários do serviço de saúde e da equipe local.

5.5. Para fins de planejamento e registro, segue quadro com a estimativa do quantitativo de profissionais médicos a serem disponibilizados, considerando as necessidades da rede municipal de saúde e a garantia de cobertura assistencial contínua à população:

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO
01	12	MESES	Contratação empresa especializada de profissional médico para atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Diante das alternativas apresentadas no levantamento de mercado e após análise das vantagens e desvantagens de cada modelo, conclui-se que a solução mais adequada ao interesse público consiste na contratação de empresa especializada para a disponibilização de profissional médico, por meio de credenciamento público, destinado ao atendimento no Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, pelo período inicial de 12 (doze) meses, prorrogável, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Essa solução contempla todas as exigências legais, técnicas, éticas e operacionais, assegurando regularidade e continuidade no atendimento à população, com a formação de uma lista de prestadores credenciados aptos a eventuais substituições ou ampliações de atendimento, inclusive para a unidade de saúde do Distrito de Cachoeirinha.

6.3. A presente contratação visa garantir eficiência, qualidade e continuidade na prestação de serviços médicos básicos, reforçando a atenção primária à saúde e assegurando a observância aos princípios



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

constitucionais da universalidade, integralidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde).

6.4. O objeto da contratação consiste na disponibilização de médico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM/MG), qualificado e habilitado para atuar na atenção primária, abrangendo:

- h) Atendimento clínico individual e coletivo aos usuários vinculados ao PSF;
- i) Realização de consultas, exames clínicos, prescrições e encaminhamentos, conforme protocolos do Ministério da Saúde e diretrizes do SUS;
- j) Acompanhamento de pacientes com condições agudas e crônicas;
- k) Execução de atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde;
- l) Participação em ações coletivas, campanhas, visitas domiciliares e grupos educativos;
- m) Apoio matricial e integração com a equipe multiprofissional (enfermeiros, dentistas, agentes comunitários e técnicos de enfermagem);
- n) Cumprimento integral da carga horária contratada, com registros de presença, relatórios de atendimentos e produtividade.

6.5. Os serviços deverão ser prestados de forma humanizada e ética, observando os protocolos clínicos e diretrizes da Atenção Básica, as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

6.6. O profissional deverá atuar com comprometimento, sigilo e empatia, garantindo acolhimento de qualidade e respeito às particularidades de cada paciente.

6.7. A empresa credenciada deverá fornecer orientações técnicas e relatórios periódicos, contemplando:

- f) o acompanhamento da produção assistencial;
- g) os indicadores de desempenho e cobertura;
- h) o registro de consultas, encaminhamentos e procedimentos realizados;
- i) e a avaliação da resolutividade dos atendimentos prestados.
- j) Esses dados permitirão o monitoramento contínuo da execução contratual e o aprimoramento das ações de gestão em saúde pública.

6.8. O atendimento deverá ocorrer de forma regular e ininterrupta, respeitando a carga horária semanal definida pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo cobertura integral da população adscrita ao PSF Central e a resolutividade das demandas assistenciais.

6.9. Em caso de afastamento do médico, a contratada deverá providenciar substituição imediata, sem prejuízo aos atendimentos.

6.10. A empresa a ser credenciada deverá comprovar capacidade técnica e experiência prévia na disponibilização de profissionais médicos para a Atenção Básica, demonstrando expertise em gestão de serviços de saúde, cumprimento das normas do SUS e observância dos princípios éticos e legais aplicáveis à profissão médica.

6.11. A disponibilização de médico para o PSF constitui medida estratégica e essencial para o funcionamento da rede municipal de saúde, contribuindo diretamente para:

- e) o fortalecimento da Atenção Básica;
- f) a prevenção de doenças e agravos;
- g) o acompanhamento contínuo de pacientes crônicos;
- h) e a melhoria dos indicadores epidemiológicos e de qualidade de vida da população.

6.12. Essa medida garante ainda a redução de atendimentos de urgência evitáveis e a descompressão da rede hospitalar.

6.13. A seleção de empresa com estrutura administrativa consolidada e profissionais qualificados assegura à Administração Municipal segurança jurídica, confiabilidade e eficiência, garantindo o cumprimento integral das metas de saúde pública estabelecidas no Plano Municipal de Saúde.

6.14. A escolha pela contratação via credenciamento revela-se a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e social, uma vez que possibilita:

- e) maior flexibilidade e celeridade administrativa;
- f) formação de banco de prestadores disponíveis;
- g) substituições imediatas sem interrupção dos atendimentos; e
- h) redução de custos administrativos e trabalhistas diretos para o Município.

6.15. Assim, o modelo garante assistência médica contínua, qualificada e humanizada, alinhada ao interesse público.

6.16. O serviço a ser contratado não se enquadra como supérfluo, mas sim como essencial ao cumprimento das obrigações constitucionais do Município de assegurar o direito fundamental à saúde (art. 196 da Constituição Federal).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

6.17. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por iguais períodos, observado o limite legal de 60 (sessenta) meses para serviços contínuos, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.18. A presente contratação caracteriza-se como serviço contínuo, tendo em vista que a ausência do profissional médico comprometeria diretamente a assistência à população e a execução das ações da Atenção Primária, impactando negativamente na saúde pública local.

6.19. A interrupção dos serviços médicos acarretaria prejuízos imediatos à população, desassistência nas unidades básicas de saúde, rompimento do vínculo terapêutico com os pacientes e descumprimento das obrigações constitucionais e legais do Município de Córrego Danta/MG, motivo pelo qual a continuidade e estabilidade do serviço são indispensáveis.

7. VALOR ESTIMADO

7.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), definido a partir de pesquisa de mercado realizada com empresas especializadas na disponibilização de profissionais médicos para a Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF). O valor corresponde à remuneração mensal média praticada no mercado para médico com registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM), considerando a carga horária contratual e o período de 12 (doze) meses.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	12	MESES	Contratação empresa especializada de profissional médico para atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00

7.2. Em atenção à natureza do processo de Pregão Eletrônico, o valor estimado foi definido com base no menor preço obtido entre as cotações válidas, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo competitividade, transparência e economicidade na contratação.

7.3. Para a pesquisa de mercado, foram analisados orçamentos junto a empresas e cooperativas médicas, contendo propostas técnicas e/ou comerciais compatíveis com o escopo do objeto pretendido. Tal procedimento confere legitimidade, rastreabilidade e adequação ao processo de estimativa de preços, atendendo às orientações dos órgãos de controle.

7.4. A definição do valor de referência considerou o conjunto das propostas válidas recebidas, sendo adotado o menor valor ofertado, conforme demonstrado no quadro comparativo anexo, que apresenta as empresas consultadas, os valores recebidos e a indicação da proposta de menor preço, que servirá de referência para a contratação via Pregão Eletrônico.

7.5. Justificativa para cotação direta com o fornecedor

7.6. A pesquisa de preços foi realizada diretamente com fornecedores regionais que atuam na disponibilização de profissionais médicos para a Atenção Primária à Saúde, tendo em vista que esse método representa a forma mais eficaz de captar valores reais e compatíveis com a realidade local.

7.7. Embora o serviço não se caracterize como de mercado restrito, a pesquisa direta com empresas da região permite melhor identificação das condições de contratação efetivamente praticadas, considerando que o atendimento será presencial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, exigindo disponibilidade física e logística do profissional dentro do território municipal.

7.8. Tal procedimento atende aos princípios da economicidade e eficiência previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às orientações do art. 23, inciso I, §1º, que determina que a estimativa de preços deve refletir valores praticados no mercado local ou regional.

7.9. A cotação direta com fornecedores assegura maior fidedignidade e contemporaneidade dos dados coletados, reduzindo distorções provocadas por variações regionais e garantindo que o valor estimado represente de forma realista os custos envolvidos na execução do serviço dentro das condições operacionais de Córrego Danta/MG.

7.10. Adicionalmente, esse método confere transparência e rastreabilidade ao processo de formação do preço de referência, uma vez que todas as consultas realizadas — inclusive por e-mail, telefone ou plataformas oficiais — são documentadas e arquivadas para fins de comprovação perante os órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

7.11. Dessa forma, a pesquisa direta com fornecedores locais e regionais é a metodologia mais adequada para a definição do valor estimado, permitindo à Administração Pública estabelecer um parâmetro justo, competitivo e alinhado à realidade do mercado, especialmente considerando a natureza contínua, presencial e essencial do serviço médico a ser prestado.

8. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando o objeto e o valor estimado da contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico destinado ao Programa Saúde da Família (PSF), a forma mais adequada para a execução desta contratação é o Credenciamento, conforme previsto no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a inexigibilidade de licitação quando houver impossibilidade de competição, especialmente nos casos em que se pretende formar uma lista de prestadores aptos a serem convocados conforme a necessidade da Administração.

8.2. O credenciamento possibilita a contratação simultânea ou sucessiva de mais de um prestador para o mesmo objeto, garantindo ampla participação de interessados e formação de banco de prestadores aptos a atender às duas unidades de saúde do Município (sede e distrito de Cachoeirinha).

8.3. Essa forma de contratação assegura a continuidade do serviço médico, com substituições imediatas em caso de afastamento do profissional, bem como o atendimento imediato a demandas adicionais, caso o Município venha a ampliar a cobertura do PSF.

8.4. A escolha pela forma de credenciamento fundamenta-se na necessidade de viabilizar a prestação de serviço essencial de saúde, caracterizado como contínuo e ininterrupto, cuja execução exige disponibilidade presencial e atendimento humanizado, conforme diretrizes da Atenção Primária.

8.5. A contratação será formalizada mediante chamamento público, com análise técnica e jurídica prévia, assegurando isonomia, transparência e impessoalidade entre os credenciados.

8.6. O procedimento de credenciamento será instruído com os seguintes elementos:

- a) Justificativa da necessidade da contratação e da escolha da forma de execução;
 - b) Pesquisa de mercado contendo valores médios regionais para serviços equivalentes;
 - c) Análise técnica de viabilidade e adequação do credenciamento;
 - d) Edital de Chamamento Público, contendo os requisitos técnicos, prazos, forma de inscrição e critérios de convocação dos credenciados;
 - e) Termo de Referência detalhado, com as especificações técnicas do serviço, carga horária, condições de execução, fiscalização e substituição;
 - f) Minuta de Contrato Administrativo, com cláusulas que assegurem a fiel execução do objeto, a responsabilidade técnica e o cumprimento das normas éticas e legais.
- 8.7. Para assegurar a regularidade e a segurança da contratação, serão exigidos dos interessados os seguintes requisitos:
- a) Proposta formal de credenciamento, com valores compatíveis com o mercado local;
 - b) Comprovação de capacidade técnica, mediante atestados de desempenho anterior em fornecimento de profissionais médicos a entes públicos ou privados;
 - c) Comprovação de registro ativo no CRM/MG e ausência de impedimentos éticos ou legais;
 - d) Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos dos arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021;
 - e) Cumprimento integral das normas da LGPD (Lei nº 13.709/2018) quanto à segurança e confidencialidade das informações médicas;
 - f) Comprometimento formal de substituição imediata em caso de afastamento, desligamento ou impedimento do profissional credenciado.

8.8. O credenciamento público é a forma de contratação juridicamente viável, tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Município, por permitir a contratação direta de múltiplos prestadores de serviço, mediante chamamento aberto e permanente, conforme dispõe o art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Essa metodologia garante a celeridade e continuidade da assistência médica à população, assegura tratamento isonômico aos interessados e fortalece a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos da saúde municipal.

8.10. Critério de Desempate entre Credenciados

8.11. Havendo mais de uma empresa ou profissional credenciado para o mesmo item ou função, a Administração convocará os credenciados, observando a ordem de credenciamento.

8.12. Persistindo situação de igualdade ou necessidade de definição de prioridade, será adotado os seguintes critérios de desempate, qual seja:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- a) Maior tempo de sede ou domicílio no Município de Córrego Danta/MG, comprovado mediante contrato social, comprovante de endereço ou inscrição municipal;
- b) Persistindo o empate, terá preferência a empresa ou profissional que comprovar maior tempo de experiência comprovada em prestação de serviços equivalentes, especialmente junto a entes públicos;
- c) Caso o empate ainda permaneça, será realizado sorteio público com registro em ata, garantindo-se a transparência e a publicidade do ato.

8.13. Este critério visa garantir a isonomia entre os credenciados e a continuidade dos serviços essenciais, assegurando tratamento equitativo e seleção objetiva, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

9. NECESSIDADE TÉCNICA PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Para assegurar a fiel execução do contrato, a fiscalização e a gestão contratual serão exercidas por servidores designados pela Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, os quais possuem formação técnica compatível com a natureza dos serviços contratados, notadamente nas áreas de administração pública, gestão de serviços de saúde e supervisão de profissionais de nível superior.

9.2. Considerando que o objeto da contratação envolve a disponibilização de profissional médico para atuação em ESF/PSF, é indispensável que os fiscais e o gestor designados tenham capacidade para:

9.3. Analisar e validar as qualificações, registros profissionais e experiências do médico contratado, garantindo conformidade com exigências do Conselho Regional de Medicina (CRM) e normativos do SUS;

9.4. Acompanhar o cumprimento da carga horária, escala de atendimento e disponibilidade do profissional, conforme definido no Termo de Referência;

9.5. Verificar o atendimento integral da população, cobertura das equipes de ESF/PSF e cumprimento das metas assistenciais pactuadas;

9.6. Atestar a conformidade técnica dos serviços prestados pelo profissional, apontando eventuais desconformidades e recomendando providências corretivas ou administrativas cabíveis;

9.7. Interagir tecnicamente com a empresa contratada durante a execução do contrato, sempre que necessário, para esclarecimentos, ajustes, substituição do profissional ou adequação da escala de atendimento;

9.8. Fiscalizar a observância das normas legais e regulatórias aplicáveis à prestação de serviços médicos, garantindo a qualidade, segurança e integralidade da assistência à população.

9.9. A equipe municipal já conta com profissionais habilitados, com formação em administração pública, gestão de saúde e auditoria de serviços de saúde. Caso se verifique pertinente, poderão ser promovidas capacitações complementares sobre fiscalização de serviços médicos, normas do SUS e protocolos assistenciais, sem prejuízo das atribuições de fiscalização.

9.10. A atuação do gestor e dos fiscais do contrato deverá ser formalmente registrada, preferencialmente em sistema informatizado de gestão administrativa da Prefeitura, ou, na ausência deste, por meio de relatórios periódicos, atas de reuniões, registros em planilhas de acompanhamento, comunicações formais e termos de vistoria/atesto, compondo o processo administrativo de acompanhamento da execução contratual, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. A presente contratação é considerada autônoma e independente, não estando condicionada à execução simultânea ou prévia de outras contratações públicas, podendo ser realizada isoladamente para atender às necessidades de atenção básica à saúde do Município de Córrego Danta/MG, especialmente no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).

10.2. A execução desta contratação não depende de outros serviços ou fornecimentos, garantindo que a disponibilização do profissional médico ocorra de forma contínua e ininterrupta, assegurando o atendimento da população adscrita às equipes de ESF/PSF e a efetividade das ações de atenção primária à saúde.

10.3. Ressalta-se que, embora autônoma, a contratação deverá ser integrada aos demais serviços de saúde do município, permitindo complementaridade e otimização do atendimento, sem que haja dependência direta de outros contratos ou serviços.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O Município de Córrego Danta/MG, em consonância com suas diretrizes legais e com a estratégia administrativa voltada à melhoria contínua dos serviços públicos de saúde, reconhece a necessidade de contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico no âmbito da Estratégia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

Saúde da Família (ESF/PSF), como medida fundamental para assegurar a eficiência, segurança e continuidade da assistência à população.

11.2. A contratação pretende alcançar resultados que assegurem:

Eficiência operacional: disponibilização de médico qualificado, garantindo atendimento regular às equipes de ESF/PSF, cumprimento da carga horária e cobertura integral da população adscrita;

Segurança e conformidade legal: atuação conforme normas do Conselho Regional de Medicina (CRM), diretrizes do SUS, protocolos clínicos e regulamentações legais aplicáveis à atenção primária à saúde;

Economicidade e transparência: seleção do profissional e da empresa contratada com base em parâmetros de preço e qualificação técnica, assegurando boa aplicação dos recursos públicos;

Melhoria da qualidade do serviço: garantia de atendimento médico contínuo, adequado às necessidades da população, promovendo prevenção, acompanhamento de condições crônicas, saúde materno-infantil e promoção da saúde;

Suporte técnico e monitoramento: acompanhamento da execução do contrato, incluindo avaliação da atuação do profissional, cumprimento das metas assistenciais, adequação de escalas e orientações para melhoria da qualidade do serviço prestado.

11.3. Ressalta-se que todas as atividades a serem desempenhadas pelo profissional médico contratado deverão ser acompanhadas e deliberadas pela Administração Municipal de Córrego Danta/MG, sem que isso implique substituição das funções gestoras, mantendo-se a responsabilidade da fiscalização, coordenação e decisão sob os agentes públicos designados.

11.4. A atuação da contratada terá caráter de disponibilização do profissional médico, assegurando a prestação contínua de serviços de saúde no âmbito da ESF/PSF, fornecendo suporte operacional e administrativo necessário, sem interferir nas atribuições decisórias da gestão municipal sobre políticas públicas de saúde.

11.5. Dessa forma, a contratação de profissional médico representa medida estratégica e essencial para a continuidade e melhoria dos serviços de atenção primária à saúde, garantindo segurança, regularidade e eficiência no atendimento à população atendida pelas equipes de ESF/PSF do Município de Córrego Danta/MG.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Não se identificaram impactos ambientais relevantes relacionados à contratação de profissional médico para atuação em ESF/PSF, considerando que se trata de serviço de assistência à saúde essencial e não envolve uso direto de recursos naturais ou emissões significativas.

12.2. Recomenda-se, entretanto, que a empresa contratada observe boas práticas administrativas e ambientais em suas atividades, como gestão adequada de resíduos de saúde, consumo consciente de insumos e preservação da infraestrutura das unidades de saúde, promovendo sustentabilidade e segurança ambiental.

13. MATRIZ DE RISCOS

13.1. A gestão de riscos constitui instrumento essencial de governança e de fortalecimento do planejamento das contratações públicas, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus artigos 22, 42 e 115.

13.2. No presente Estudo Técnico Preliminar, que visa à contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico destinado à Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF), a elaboração da Matriz de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, alocar e mitigar os riscos inerentes à execução contratual, assegurando que os serviços de atenção básica à saúde sejam prestados com qualidade, continuidade, eficiência e conformidade legal.

13.3. Entre os principais riscos a serem considerados, destacam-se:

a) Risco operacional: ausência do profissional médico, afastamentos ou faltas não programadas, mitigado por escalonamento de substituições, banco de profissionais e acompanhamento da carga horária contratual;

b) Risco legal e regulatório: descumprimento de normas do SUS, legislação sanitária ou regulamentos de atenção básica, mitigado por fiscalização constante e exigência de registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Medicina;

c) Risco financeiro: pagamentos indevidos, reajustes ou inadimplência da contratada, mitigado por acompanhamento orçamentário e cláusulas contratuais claras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

d) Risco de qualidade do atendimento: falhas na assistência, demora em atendimentos ou insuficiência de consultas médicas, mitigado por supervisão técnica da Secretaria Municipal de Saúde, protocolos clínicos e acompanhamento de indicadores de atenção básica;

e) Risco de gestão contratual: descumprimento de prazos, jornadas de trabalho ou metas de atendimento, mitigado pela atuação de fiscais e gestores designados pelo Município, conforme os artigos 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. A Matriz de Riscos será revisada periodicamente durante a vigência do contrato, permitindo ajustes nas medidas mitigadoras de acordo com o monitoramento da execução, assegurando a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços de atenção básica à saúde prestados à população do Município de Córrego Danta/MG.

Categoria	Risco Identificado	Consequências	Probabilidade	Impacto	Mitigação / Medidas Preventivas	Responsável
Técnico	Profissional médico não possui qualificação ou registro regular no Conselho de Medicina	Atendimento inadequado ou ilegal; risco de responsabilização do Município	Baixa	Alto	Exigir comprovação de registro profissional e certificados de capacitação	Contratada e Contratante
Operacional	Médico ausente, atrasos ou faltas frequentes	Interrupção no atendimento da ESF/PSF, sobrecarga de outros profissionais	Média	Alto	Planejamento de escala, banco de substitutos e monitoramento de presença	Contratada e Contratante
Administrativo	Descumprimento de horários ou carga horária contratual	Redução da cobertura assistencial, impacto na população atendida	Média	Alto	Controle de frequência, relatórios mensais e cláusulas contratuais de penalidade	Contratada e Contratante
Financeiro	Pagamentos indevidos ou reajustes não previstos	Prejuízo orçamentário e necessidade de suplementação	Baixa	Médio	Estabelecer valor fixo contratual, cláusulas de reajuste e auditoria financeira	Contratante e Contratada
Legal / Regulatória	Descumprimento de normas do SUS ou legislação sanitária	Responsabilização legal do Município; riscos à saúde da população	Baixa	Alto	Fiscalização constante, protocolos clínicos e verificação de conformidade legal	Contratada e Contratante
Logístico	Falta de infraestrutura ou recursos para atuação do médico (consultório, equipamentos)	Impossibilidade de prestação adequada de serviços de saúde	Média	Alto	Garantir estrutura mínima, equipamentos essenciais e manutenção periódica	Contratante
Social / Comunitário	Atendimento insuficiente	Aumento de doenças,	Média	Alto	Planejamento de agendas,	Contratada e Contratante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

	compromete saúde da população	agravamento de casos e insatisfação da população			acompanhamento de indicadores de saúde e priorização de grupos vulneráveis	
Sustentabilidade do Contrato	Rescisão unilateral ou incapacidade da contratada de fornecer médico	Interrupção abrupta do atendimento e cobertura do PSF	Baixa	Alto	Garantias contratuais, cláusulas de substituição e plano de contingência	Contratada e Contratante
Infraestrutura	Local inadequado para atendimentos (espaço físico, condições sanitárias)	Comprometimento da segurança, higiene e qualidade do atendimento	Média	Médio	Manutenção periódica, adequação do espaço e fiscalização contínua	Contratante

13.5. A Matriz de Riscos apresentada busca fornecer segurança técnica, jurídica e administrativa ao processo de contratação, assegurando que eventuais ameaças relacionadas à atuação do profissional médico sejam identificadas e mitigadas preventivamente.

13.6. Sua aplicação prática permitirá que o Município de Córrego Danta/MG tenha maior controle e previsibilidade sobre a execução do contrato, reduzindo falhas, garantindo a continuidade do atendimento à população e assegurando a conformidade legal com normas do SUS e legislação sanitária vigente.

13.7. Assim, este instrumento configura-se como parte indispensável do presente Estudo Técnico Preliminar, garantindo que a contratação do profissional médico ocorra de forma eficiente, econômica e transparente, em atendimento ao interesse público e à qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade.

14. CONCLUSÃO

14.1. A contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico, destinado à atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF), constitui medida essencial para assegurar a continuidade, qualidade e regularidade do atendimento à população do Município de Córrego Danta/MG. Considerando que o Município não dispõe de profissionais suficientes para suprir as demandas assistenciais de forma integral e eficiente, torna-se imprescindível o apoio de empresa qualificada, com experiência comprovada na disponibilização de médicos para atuação em serviços públicos de atenção básica à saúde, garantindo cobertura adequada, atendimento humanizado e cumprimento das metas do SUS.

14.2. A presente contratação encontra-se alinhada com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e legalidade, promovendo maior segurança na aplicação dos recursos públicos e assegurando a prestação contínua e qualificada dos serviços de saúde. Dessa forma, a contratação direta, por meio de Pregão Eletrônico, revela-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Municipal, garantindo o pronto atendimento às necessidades assistenciais da população e o cumprimento das diretrizes do Sistema Único de Saúde.

14.3. Portanto, a contratação de empresa especializada para disponibilização de profissional médico, mediante Pregão Eletrônico, é a solução mais adequada, eficiente e segura para a Administração Municipal de Córrego Danta/MG, assegurando o atendimento regular, contínuo e de qualidade no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).

Córrego Danta/MG, 29 de outubro de 2025.

Mariana Coimbra
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO III- MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2025
CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG, E A
EMPRESA

O Município de Córrego Danta/MG, com sede na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CÓRREGO DANTA – MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.298.174/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Ednei Martins de Matos, portador do CPF nº 697.129.306-10, documento de identidade nº MG – 6.479.788 SSP/MG, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade,, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do credenciamento nº 005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação empresa especializada para profissional médico para atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF) no Município de Córrego Danta/MG. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (dozes) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação de partes do objeto contratado, desde que haja consentimento e aprovação prévia formal por parte da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas iguais e mensais no valor de R\$....., totalizando um valor global de R\$, sendo a 1ª parcela realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização do evento e à emissão da respectiva Nota Fiscal, a qual deve ser entregue no Departamento de Compras do Município e estar precedida de aprovação por parte da Secretaria Municipal de Artes, Lazer, Desporto e Cultura do município de Córrego Danta/MG. As demais parcelas serão efetuadas com um intervalo de 30 (trinta) dias entre si;

5.2. A contratante realizará a retenção dos tributos na forma da legislação tributária aplicável, com base no valor bruto do documento fiscal emitido pela CONTRATADA;

5.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA;

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso existam pendências em relação à regularidade fiscal da empresa contratada;

5.5. O CONTRATANTE, observados, se cabíveis, os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela mesma, nos termos deste contrato;

5.6. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis durante todo o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Córrego Danta/MG, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da contratada:

9.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 9.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1,5% (um e meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.4. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	NATUREZA/ELEMENTO
02.14.01	10.301.0020.2201.3.3.90.34.00	463	1.500.000.000 1.600.000.000 1.621.000.000 2.600.000.000	Outras despesas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Luz/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Município de Córrego Danta/MG
Prefeito Municipal: Ednei Martins de Matos
 CPF nº 697.129.306-10

CONTRATANTE:

CONTRATADO(A):

CPF/CNPJ nº _____

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO IV – DECLARAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025
CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025

DECLARAÇÕES REFERENTES AO CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO – PSF CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PARA PSF

OBJETO: O objeto do presente procedimento é o credenciamento de empresas especializadas para a disponibilização de profissional médico destinado à prestação de serviços no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, de forma presencial e contínua, compreendendo integralmente os atos necessários à execução das atividades médicas junto às Unidades Básicas de Saúde, em especial a unidade da sede municipal, podendo também abranger a unidade do Distrito de Cachoeirinha, mediante demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu(a) responsável legal abaixo assinado(a), vem, para fins de participação no **Credenciamento de Empresa Especializada para Disponibilização de Profissional Médico para o PSF do Município de Córrego Danta/MG**, DECLARAR, sob as penas da lei, o que segue:

1. Declaração de Experiência Profissional

Declaro que o(a) médico(a) indicado(a) **Dr(a).** _____, inscrito(a) no **Conselho Regional de Medicina (CRM/MG)** nº _____, possui **experiência comprovada em Atenção Primária à Saúde** ou atuação em **equipes de PSF/ESF**, conforme previsto no edital e no Termo de Referência.

2. Declaração de Vínculo com o Profissional Médico

Declaro que a empresa mantém **vínculo contratual com o(a) médico(a)** indicado(a), conforme comprovação por meio de **CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou documento equivalente**, demonstrando a relação jurídica existente entre a empresa e o profissional a ser disponibilizado.

3. Declaração de Não Emprego de Menores

Declaro, para os devidos fins, que a empresa **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de **aprendiz**, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4. Declaração de Cumprimento da Reserva Legal de Cargos

Declaro que a empresa **cumpe as exigências legais relativas à reserva de cargos** destinadas a **pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social**, quando aplicável, conforme legislação vigente.

5. Declaração de Inexistência de Impedimentos

Declaro que **não existe qualquer impedimento legal** que impeça a empresa de **licitar ou contratar com a Administração Pública**, direta ou indireta, em qualquer esfera de governo, estando em plena regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária.

6. Declaração de Inexistência de Grau de Parentesco

Declaro que **não há grau de parentesco até o terceiro grau** entre os sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos da empresa e quaisquer **agentes públicos, servidores ou gestores do Município de Córrego Danta/MG**, em conformidade com o §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

7. Declaração de Ciência e Concordância

Declaro que a empresa tem **pleno conhecimento e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência**, comprometendo-se a **cumprir integralmente as normas técnicas, legais e contratuais** aplicáveis ao credenciamento e à execução dos serviços.

Córrego Danta/MG, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo do representante legal

Nome: _____

Cargo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO V – PEDIDO FORMAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2025
CREDENCIAMENTO Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 025/2025

OBJETO: O objeto do presente procedimento é o credenciamento de empresas especializadas para a disponibilização de profissional médico destinado à prestação de serviços no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Município de Córrego Danta/MG, de forma presencial e contínua, compreendendo integralmente os atos necessários à execução das atividades médicas junto às Unidades Básicas de Saúde, em especial a unidade da sede municipal, podendo também abranger a unidade do Distrito de Cachoeirinha, mediante demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

À

Comissão/Agente de Contratação – Município de Córrego Danta/MG

Assunto: Pedido Formal de Credenciamento – Profissional Médico para o PSF

1. Identificação da Empresa (Contratada)

Razão social: _____
Nome fantasia: _____
CNPJ: _____
Inscrição Municipal/Estadual: _____
Endereço completo: _____
E-mail institucional: _____
Telefone(s): _____
Representante legal (nome e cargo): _____
Documento do representante (RG/CPF): _____

2. Indicação do(a) Profissional Médico(a)

Nome completo: _____
CRM/MG (nº e situação): _____
Especialidade (se houver): _____
Vínculo com a empresa (CTPS/Contrato/Outro): _____

Declaro que o(a) profissional indicado(a) possui **registro ativo no CRM/MG** e **experiência em Atenção Primária à Saúde/PSF/ESF**, atendendo às exigências do Edital e do Termo de Referência.

3. Objeto e Local de Execução

Objeto: Disponibilização de **1 (um) profissional médico** para atuação **presencial** na **Atenção Primária à Saúde (PSF)**, com **carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais**, conforme diretrizes do SUS/PNAB e do Termo de Referência.

Locais de execução: Prioritariamente **PSF Central** (sede do Município), conforme convocação da Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	12	MESES	Contratação empresa especializada de profissional médico para atuação no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF).	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00

Valor Total da proposta: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte oito mil reais).

Condições da proposta:

- a) Os **preços incluem** todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, benefícios, deslocamentos e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento do objeto;
b) **Validade da proposta:** 60 dias) a contar do protocolo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- c) **Pagamento:** mensal, mediante atesto do fiscal técnico, conforme edital/contrato;
- d) **Reajuste:** conforme edital (INPC anual – recomposição inflacionária);
- e) **Prazo de início:** até 5 (cinco) dias corridos após a ordem de início/convocação.

5. Declarações (para todos os fins de direito)

5.1. **Concordância integral** com o Edital de Credenciamento e o Termo de Referência, comprometendo-se a cumprir as **normas técnicas, legais e contratuais** (Lei nº 14.133/2021, PNAB, normativas CFM/CRM, LGPD – Lei nº 13.709/2018).

5.2. **Manutenção das condições de habilitação** e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do credenciamento/contrato.

5.3. **Ausência de impedimentos legais** para licitar/contratar com a Administração Pública, em quaisquer esferas.

5.4. **Substituição imediata do médico** em caso de afastamento/impedimento/desligamento, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da continuidade do serviço.

5.5. **Confidencialidade e proteção de dados** (pacientes e documentos), com observância da LGPD e do sigilo médico.

5.6. **Inexistência de parentesco** até o 3º grau entre sócios/dirigentes/responsáveis técnicos e agentes públicos do Município (art. 9º, §1º, Lei nº 14.133/2021).

5.7. **Não emprego de menores** em condições vedadas (art. 7º, XXXIII, CF).

5.8. **Reserva legal de cargos** para PCD/reabilitados, quando aplicável.

5.9. **Preço proposto** compatível com o mercado local/regional, resultado de pesquisa de preços e suficiente para a execução integral do objeto, sem direito a reequilíbrio por variação ordinária de custos, salvo hipóteses legais.

5.10. **Ciência de que o credenciamento é paralelo e não excludente**, não gerando obrigação de contratação, e que as convocações observarão os critérios do edital (ordem/rodízio/desempate).

Assinatura do Representante Legal

Nome: _____

Cargo: _____

Empresa (CNPJ): _____